

E₁

FERNANDA DE LUCCA LEME

Memórias de um Parque Infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora: Agueda Bernadete Bittencourt

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

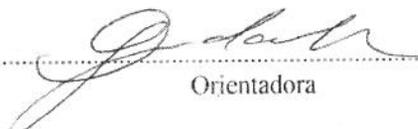
**Memórias de um Parque Infantil em Campinas: vestígios do
pensamento de Mário de Andrade**

Autor: Fernanda de Lucca Leme

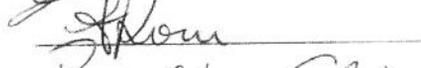
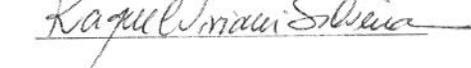
Orientadora: Agueda Bernadete Bittencourt

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por **Fernanda de Lucca Leme** e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Assinatura:


Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

2008

UNIDADE OC
Nº CHAMADA: _____
T/UNICAMP L542m
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 80777
PROC 16-148-09
C _____ D X
PREÇO 11,00
DATA 24-03-09
BIB-ID _____

© by Fernanda de Lucca Leme, 2008

Cod. cit 438639

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP

L542m	Leme, Fernanda de Lucca. Memórias de um Parque Infantil em Campinas : vestígios do pensamento de Mário de Andrade / Fernanda de Lucca Leme. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.
	Orientador : Agueda Bernadete Bittencourt. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Andrade, Mário de, 1893-1945. 2. Parques. 3. Infância. 4. Criança pequena. I. Bittencourt, Agueda Bernadete. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	08-547-BFE

Título em inglês : Memories of a Parque Infantil in Campinas : traces of the thought of Mario de Andrade

Keywords: Andrade, Mário de, 1893-1945 ; Parks ; Childhood ; Young children

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profª. Drª. Agueda Bernadete Bittencourt (Orientadora)

Profª. Drª. Vera Lúcia Sabongi De Rossi

Profª. Drª. Raquel Silveira

Data da defesa: 26/02/2008

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : ferleme@hotmail.com

RESUMO

Este estudo examina o Parque Infantil Celisa Cardoso do Amaral, em Campinas, instituição pioneira na educação das crianças pequenas, inspirado no projeto de Mário de Andrade, quando de sua passagem pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Foi tomado como local de observação sobre a sobrevivência desse projeto na educação paulista, para esse estudo fixamos o período em que o Parque foi de responsabilidade do Serviço de Assistência Sócio – Econômica, (1942 à 1981), antes de migrar para a Secretaria de Educação. Organizado em três capítulos, buscou nos documentos as propostas e garantias de implantação desse Parque Infantil de Campinas, tentando responder às seguintes questões: quais os agentes sociais responsáveis pela instalação dos parques infantis em Campinas, quem patrocinou o projeto e o prédio da instituição, e se em sua proposta inicial foi uma instituição experimental. Relacionou-se a expansão dos parques infantis a partir de São Paulo, recorrendo ao pensamento de Mário de Andrade sobre a infância e a educação, na tentativa de identificar as preocupações dos fundadores do Parque Infantil e suas concepções sobre a produção da cultura infantil.

ABSTRACT

This study is about the CC Amaral Parque Infantil in Campinas, a pionner institution in the education of young children inspired in the project of Mario de Andrade, when he took part in the Department of culture of the city of São Paulo. It was taken in sight of observation the survival of this Project in São Paulo's educational system. For this study we fixed the period when the Parque was under responsability of the "Social Economic Assistance Service", (from 1942 to 1981), prior to its migration to the "Secretary of Education". Organized in three chapters, the documents have been researched for the proposals and warranties of implementation of this Parque Infantil, trying to answer the following questions: who were the social agents responsible for the instalations in Campinas, who sponsored the project and wether in it's early proposal it was an experimental Institution.

5
88
20090688

It was related to the growth of the Parque Infantil from São Paulo, referring to the thought of Mario de Andrade regarding childhood education, in an attempt to identify the concerns of the founders of the Parque Infantil and their conceptions throughout the production of the infantile culture.

AGRADECIMENTOS

À professora Agueda Bittencourt pela paciência, confiança, incentivo e puxões de orelhas nos momentos precisos.

Às pessoas da E.M.E.I “Celisa Cardoso do Amaral” pela receptividade em fazer daquele espaço um local de pesquisa.

À Joana do Arquivo Municipal de Campinas e às pessoas do Centro de Memória da Unicamp pelo interesse e disponibilidade.

Ao Renato Bellini pela enorme colaboração ao ceder todo o material que dispunha, sempre com sorriso aberto.

À professora Ana Lúcia Goulart de Faria que mesmo de longe se fez presente seja nos escritos, nas leituras ou nas rápidas conversas.

Ao Artur que compartilhou de todos os momentos desta trajetória, estando sempre presente com seu carinho e sua paciência.

Aos meus pais por estarem sempre ao meu lado apoiando, incentivando, pesquisando junto comigo, ora lendo meus escritos, ora levantando possibilidades.

ÍNDICE

• Introdução.....	1
• Um parque: muitas histórias.....	27
• Prazer em conhecê-lo, Mário!.....	59
• Considerações Finais.....	81
• Bibliografia.....	85
• Anexos.....	91
•	

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que apresento pretende compreender a recepção de um modelo de educação infantil, na cidade de Campinas, desenvolvido a partir do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, dirigido por Mário de Andrade e concretizado no programa conhecido como Parques Infantis, tendo como local de observação o Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”.

Minha aproximação do objeto explica-se através de estudos sobre educação infantil iniciados na graduação, passando por grupos de estudo de teoria e prática, cursos oferecidos pela Secretaria de Educação de Vinhedo, participações em congressos, leituras¹ e vivências como professora de crianças pequenas.

Nessas experiências percebi um forte confronto entre as teorias sobre esta etapa da educação, polarizado pelas teorias que defendem para a primeira infância o cuidar e brincar e as teorias que defendem o cuidar e ensinar. Estas últimas mais fortalecidas e valorizadas pelos pais das crianças, graças ao lugar conquistado pela escola na sociedade moderna. Fruto de disputas políticas, em que a educação tornou-se espaço privilegiado para a formação do Estado Nacional especialmente a partir da década de 1930. A escolarização, no Brasil, havia sido tratada como uma área de interesse das famílias e da Igreja Católica.

¹ Faria e Palhares (2001), Faria, Demartini e Prado(2002), Freire(1983), Edwards e Gandini (1999), Ferreiro e Teberosky(1999)),Marcellino(1997), Vigotski(1999), Sans(2001) e outros.

Entretanto, após a República o tema passou a ser amplamente discutido nos principais fóruns intelectuais, especialmente na Associação Brasileira de Educação, fundada na década de 1920. O movimento internacional capitaneado pela França fazia pressões sobre os governos quanto à necessidade de educação das crianças e de universalização da escola. Nesta época o movimento, conhecido como Movimento da Escola Nova, tinha como bandeira a defesa de uma escola pública, universal e gratuita em que a educação fosse para todos e com um mesmo conteúdo. Oferecendo igualdade de oportunidades e sendo de responsabilidade do estado. Este ensino seria leigo e tinha como objetivo formar o cidadão livre e consciente, se distanciando daquele ensino autoritário e rígido patrocinado pela Igreja Católica.

Acreditava-se que através da escola era possível conquistar um espaço de possibilidade de construção da democracia pelas letras. Como especifica o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932):

“A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar *a hierarquia democrática* pela *hierarquia das capacidades*, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”.²

A crença nas possibilidades de ascensão e mobilidade social pela escola vai suceder a esperança de estabelecimento de uma sociedade democrática, como pude perceber durante uma reunião de pais quando uma mãe preocupada com o ingresso das crianças de 6

² Manifesto. P.3

anos na 1ª série e sabendo que em Vinhedo ainda não se havia adaptado à nova lei, questionou se o pré seria “mais puxado”, ou seja, se iria alfabetizar. Foi através do estranhamento causado por esta observação angustiada de uma mãe que este estudo começou a se esboçar.

O fato de existir uma disputa de idéias sobre o que deve ser a educação dos pequenos, se deve ao envolvimento de diversas concepções teóricas advindas de distintos campos de conhecimento, em luta pelo direito de dizer o que é e como deve ser tratada a infância; nomeadamente a psicologia, a biologia, a puericultura, a assistência social, a antropologia, entre outras, além dos mais diferentes interesses políticos em articulação na educação da criança pequena.

O entrelaçamento de idéias e saberes me levou ao poema de Fernando Pessoa:

“E os dois grupos encontram-se e penetram-se

Até formarem só um que é os dois...

A feira e as luzes da feira e a gente que anda na feira,

E a noite que pega na feira e a levanta no ar,

Andam por cima das copas das árvores cheias de sol,

Andam visivelmente por baixo dos penedos que luzem ao sol,

Aparecem do outro lado das bilhas que as raparigas levam à cabeça,

E toda esta paisagem de primavera é a lua sobre a feira,

E toda a feira com ruídos e luzes é o chão deste dia de sol...”

(Fernando Pessoa)

Por ser a educação infantil e sua consolidação em escolarização tema relativamente recente é que as articulações e os conflitos ainda se mantêm evidentes. A criança de 0 a 6 anos tem sido objeto de estudo desde os anos 1920, no Brasil, acompanhando a criação de

campos de conhecimento e disciplinas acadêmicas como a enfermagem, a puericultura e a pediatria.

Se a escolarização da pequena infância é um tema em discussão no Brasil, ela também o é nos países mais desenvolvidos, já que um dos trabalhos que se tornou clássico no estudo da infância foi escrito pelo francês Phillippe Ariès³ na década de 1960 e desencadeia uma vasta bibliografia sobre o tema. Por outro lado, nos anos 60 a própria escolarização enfrenta uma forte crise nos países centrais como França e Estados Unidos, gerando as análises de Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Jacques Donzelot, Roger Establet, só para citar os mais conhecidos. A contestação do formato escolar exige a busca de novos modelos e os pesquisadores dedicam-se à uma releitura das obras de Vygotsky, Marx e Engels e outros.

A consolidação da prática de cuidar e educar a criança pequena fora do ambiente doméstico resultante de fenômenos sociais como a urbanização e a industrialização acelerou os estudos sobre o tema da infância, colocado na pauta em meados do século XX a partir de estudos sobre a cultura europeia do século XVI e seguintes. Essa infância era limitada aos primeiros seis anos da criança principalmente a do sexo masculino.

“As coisas mudam quando ele se aproxima do seu sétimo aniversário: abandona o traje da infância e sua educação é entregue então aos cuidados dos homens...tenta-se então fazê-lo abandonar os brinquedos, especialmente as brincadeiras de bonecas.”⁴ p.87

³ História social da criança e da família

⁴ Ariès, 1981

Essa percepção da infância como uma etapa com características próprias trata de compreender três fases, chamadas: a paparicação (a criança como fonte de distração e relaxamento para os adultos), preservação e disciplinarização (a criança vista como inocente e fraca) e a preocupação com a higiene e a saúde.

As diversas compreensões sobre a infância que se elaboram no interior da cultura levam a alteração de forma lenta de alguns hábitos e práticas sociais, alguns jogos passam a ser proibidos para crianças, adultos procuram poupá-las de jogos, conversas e assuntos sexuais, os contos passam a fazer parte da literatura infantil, mas o marco do respeito pela infância data do fim do século XVI na França e na Inglaterra, tanto entre católicos como entre protestantes.

“Certos educadores, queriam adquirir autoridade e impor definitivamente suas concepções e seus escrúpulos, passaram a não tolerar mais que se desse às crianças livros duvidosos. Nasceu então a idéia de se fornecer às crianças edições expurgadas dos clássicos.” (idem, p.135)

Anterior a este período e já pensando em uma outra concepção de homem, Erasmo de Roterdã⁵ (século XV), vê na criança a possibilidade de uma nova ordem social porque acredita ser a infância o momento mais apropriado para se educar já que é uma etapa alegre, prazerosa, que pede proteção e afeto e aos adultos, seduzidos pelas crianças, cabe permitir-lhes a brincadeira.

Voltando ao século XVI, temos escritos como os de Montaigne⁶, incomodado com o ensino compartimentado, acumulativo, onde o aluno recebe passivamente as informações que lhe cedem, deixando o entendimento e a consciência vazios. Sugerindo assim, um

⁵ ERASMO, 1972.

⁶ MONTAIGNE, 2005.

estudo significativo que mostre a diversidade de opiniões e que o permita ter as suas próprias e se não as tiver, que possa permanecer na dúvida (Montaigne, p.49, 2005). Escritos ainda atuais, apesar de datarem do século XVI, que denunciam um tipo de educação “bancária”, que não permite a criança incorporar o conhecimento, revelando uma grande preocupação com sua formação.

Já no século XVII, Comenius ⁷ também vê uma especificidade na educação da pequena infância, já classificando-a como os primeiros seis anos de vida. Etapa que, segundo ele, deve ser de total responsabilidade dos pais que devem plantar os conhecimentos úteis para a vida de um homem. Compara a educação da criança aos ramos de uma árvore que brotam do seu próprio tronco nos primeiros anos e depois crescem e se desenvolvem.

A mudança da vestimenta das crianças das camadas superiores da sociedade dos séculos XVI e XVII também explicita o sentimento da infância. As crianças passaram a ser vestidas com trajes especiais que as distinguiam dos adultos, conforme mostra Ariès em seus estudos.

Nossa educação e pensamento sobre a infância, herdados do pensamento europeu, mais especificamente francês, não se distancia do movimento dos diversos campos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, Igreja...) que se foram criando, conforme analisa Jacques Donzelot ⁸ em estudo que mostra como a disputa de “cuidados e preocupações” com a criança acontece mesmo antes da escolarização da pequena infância. A partir do século XVIII “tudo o que se referia às crianças e a família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples

⁷ COMENIUS, 1985

⁸ DONZELOT, 1986.

presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família.”⁹

A preservação das crianças passa a ser preocupação também de médicos, administradores e militares incomodados com os costumes educativos como a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite, a educação artificial das crianças ricas. A família passa a ser pressionada pela Igreja, pelo Estado, pela medicina, pelos filantropos, todos com o objetivo de livrar as crianças dos maus costumes de sua família, torná-la útil ao Estado, tirá-las das influências negativas dos serviçais e, ainda liberar a mão-de-obra feminina para a indústria, principalmente.

* * *

Na área de Educação Infantil no Brasil, os escritos e debates me levaram a pensar em intelectuais patronos das duas vertentes de educação para a pequena infância. Imaginei que a pré-escola alfabetizadora encontrasse em Anísio Teixeira seus argumentos e inspirações uma vez que o educador foi o mais conhecido defensor da escolarização em todos os níveis e a segunda vertente ligada à idéia de oferecer cuidado e brincadeira à criança na primeira infância buscasse inspiração em Mário de Andrade, conhecido como incentivador da brincadeira e do folclore como manifestações culturais da infância.

Foi Mário de Andrade, objeto de estudo de uma das pesquisadoras de referência na Educação Infantil, hoje no Brasil, Ana Lúcia Goulart de Faria. Em seu livro “Educação pré-escolar e cultura” (2002) a autora estuda a experiência dos parques infantis na gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo nos anos de 1935 à 1938, quando este, tinha como meta um projeto cultural que envolvesse as crianças e a classe operária, pensando a educação como espaço da cultura.

⁹ Idem, p.164

O projeto dos Parques Infantis foi pensado para garantir àquelas crianças o direito à educação, à assistência e à recreação. Garantias essas que, como nos alerta a autora podem ser consideradas “...como uma “pedagogia” que assegurava o direito da criança ser criança, levando em consideração todas as dimensões humanas – física, intelectual, cultural, lúdica, artística, etc.”¹⁰ Idéias similares às de Mário de Andrade sobre a infância são encontradas na obra de Vigotsky que também considera as crianças sujeitos sociais e históricos capazes de criar cultura.

Os parques infantis, em São Paulo, atendiam crianças dos 3 aos 12 anos com atividades centradas nos jogos e brincadeiras e no folclore brasileiro tendo por objetivo assistir, educar e recrear. Tal proposta aparece explícita no projeto da Escola Nova inscrito no Manifesto de 1932.

Para Ana Lúcia Goulart de Faria a herança que Mário de Andrade nos deixa pode

“...enriquecer qualquer tipo de experiência que almeje uma educação voltada para a criança enquanto criança (e não somente como aluno, futuro aluno, futuro adulto); que não discrimine sua origem sócio-cultural, que reconheça a existência de vários tipos de conhecimento (científico, artístico, acadêmico, não-acadêmico, etc.) e que acredite (sic) de a criança também produzir conhecimento, além de aprender novos, reconstruir outros.”¹¹

Tanto Anísio Teixeira como Mário de Andrade tiveram experiências relevantes no cenário da educação nacional, ambos com “...projetos de feição popular e democrática, coerentemente implementados nos dois mais explosivos centros urbanos do país, daquela época (Rio de Janeiro e São Paulo dos anos 1930)”.¹² Todavia, a experiência mais

¹⁰ FARIA, 2002:32

¹¹ FARIA, 2002:195

¹² RUSSEF, 2005:25

elaborada dentro do projeto de escolarização de Anísio Teixeira é a Escola-Parque na Bahia e o de Mário de Andrade segue sendo os Parques Infantis em São Paulo.

Mesmo sabendo que a Escola-Parque atendia crianças a partir dos sete anos, não acolhendo ainda as pré-escolares, há uma preocupação, um olhar sobre os recém-saídos da pequena infância de forma que a inserção deles neste local não se caracterizasse como ruptura de uma fase para a entrada em outra e, sim como um processo de mudança, conforme afirma Eboli (2000).

Segundo a autora o espaço reservado à Educação Física dos pequenos, dispensava o rigor exigido na prática de esportes e atividades física dos maiores. “Os meninos e meninas mais novos do Centro Educacional tinham 7 anos e suas atividades recreativas eram realizadas nos gramados, à sombra das árvores, brincadeiras mais espontâneas do que dirigidas.”¹³ Havia assim, uma preocupação em garantir aos recém saídos da pequena infância, integrantes do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, suas brincadeiras infantis.

À medida que me dedicava a entender a proposta educacional dos dois educadores comecei a perceber que as idéias de um e de outro reverberavam reciprocamente. Percebi que havia um diálogo entre os dois pensadores. Não havia razão para as disputas que eu assistia nos congressos e conferências da área. Assim também a construção do meu problema de pesquisa não ganhava sustentação.

Passei então a rever minhas vivências como professora de Educação Infantil. Fui buscar nos encontros da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) dos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 e no “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil”¹⁴ se Anísio Teixeira realmente era inspirador da pré-escola alfabetizadora, já que

¹³ EBOLI, 2000: 67

¹⁴ MEC, 1998

não me recordava de ver seu nome citado na bibliografia da área. Encontrei-me com o texto “A Educação Pré-Escolar” no livro “Educação para a democracia: introdução à administração educacional”(1935), que era, até então, desconhecido para mim. Ali encontrei uma proposta de educação em que os educandos são os pais.

Nele o autor ressalta a importância da educação da criança de 0 a 6 anos, mostra que os estudos sobre a criança, principalmente sobre o desenvolvimento mental e social, estavam se iniciando naquela época e, nas palavras dele:

“Com efeito, a relevância que se dá ao período infantil, se é perfeitamente razoável no sentido de fazer crer que uma infância normal e feliz encerra as maiores e melhores possibilidades de uma vida adulta serena e eficiente - e só isto é bastante para no-la tornar objeto carinhoso de estudo - , por outro lado merece o protesto do nosso bom senso e até da verdadeira ciência, sempre tão prudente em suas afirmações, se quer dizer o encadeamento definitivo da vida humana à sorte desses breves seis anos, como insinuem certas conclusões talvez muito apressadas.”¹⁵

Concluimos pela negação da hipótese inicial de um contraponto claro entre dois patronos: Anísio Teixeira versus Mário de Andrade que seriam os inspiradores das disputas atuais. Partimos então para o estudo dos autores ou autoras que se constituem em referências para a Educação Infantil, no Brasil. Escolhemos Ana Lúcia Goulart de Faria, Tizuko Morchida Kishimoto, Sônia Kramer , Gisela Wajskop e Orly Zucatto Mantovani de Assis.

* * *

¹⁵ TEIXEIRA, 1935: 73

O critério de escolha das autoras foram as citações no “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” e serem frequentemente nomeadas nos trabalhos e pôsteres apresentados na Associação Nacional de Pesquisa em Educação entre os anos 2000 e 2003. O critério para a escolha das obras destas autoras foi o número de edições das obras.

Autora	Publicação	Nº de edições
Sonia Kramer	Com a pré-escola nas mãos	14ª
Tizuko Morchida Kishimoto	Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação	10ª
Orly Zucatto Mantovani de Assis	Uma nova metodologia de educação pré-escolar	7ª
Gisela Wajskop	Brincar na pré-escola	6ª
Ana Lúcia Goulart de Faria	Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil	2ª

Kramer em seu livro “Com a pré-escola nas mãos” (1989) traz as contribuições das diversas áreas do conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia e a psicologia

na fundamentação teórica de sua proposta e de outras que permeiam a educação das crianças de 4 a 6 anos.

Considera seu estudo como uma alternativa curricular, um orientador para a atuação pedagógica com crianças de 4 a 6 anos, com aspectos válidos também para as de 0 a 3 anos.

Tendo por objetivo:

“...apresentar uma das possíveis formas de se promover a educação de crianças de 4 a 6 anos com qualidade, levando em consideração as diferentes origens das crianças, bem como a diversidade de etnia, sexo e cultura. Neste sentido, a proposta tem como metas básicas a cooperação e a autonomia, as crianças são encaradas como pequenos cidadãos e cidadãs, e o trabalho escolar é entendido como o que deve garantir o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e formar, simultaneamente indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo.”¹⁶

Relata que foi só a partir da década de setenta que a educação da criança pequena passa a ser reconhecida, ampliando seu atendimento. Atendimento antes limitado ao assistencialismo e à medicina.

Foi através das contribuições da Psicologia que conhecemos o desenvolvimento infantil nas diferentes áreas (social, afetiva, sensório-motora e cognitiva) e entendemos como as crianças constroem seu conhecimento; orientando a prática pedagógica. Aspectos do conhecimento que se dão de forma simultânea na atividade infantil.

Pensando em todas essas contribuições a proposta de Kramer é também oferecer às crianças um ambiente que permita a manifestação e ampliação de seus interesses e conhecimentos sobre o mundo físico e social, onde as relações entre os profissionais da escola e as crianças, destes com as famílias e com a comunidade seja realista e permita

¹⁶ KRAMER, 1989:13

perceber a heterogeneidade, levando todos os envolvidos a buscarem alternativas para os desafios encontrados.

No Brasil, segundo ela, as tendências predominantes na educação dessa faixa etária são: aquela em que a criança é vista como um vir a ser, regada de cuidados; a que privilegia a construção do pensamento proporcionando o desenvolvimento da inteligência e da autonomia; e a que vê na pré-escola um local privilegiado para a busca do trabalho coletivo, do bem comum, atribuindo à educação o papel de contribuir para a transformação social.

Visto que Kramer ressalta as contribuições dos diversos teóricos interessados na educação pré-escolar das mais diferentes tendências, elege Celestín Freinet seu principal inspirador, mesmo discordando dele em determinados aspectos, pois acredita que sua pedagogia apresenta lacunas se comparadas à nossa realidade local como uma visão muito otimista quanto ao poder transformador da escola ou a dimensão social que é identificada por Freinet aos fatores de classe social ou geográficos culturais ignorando aspectos referentes à discriminação de sexo e de cor, entre outras lacunas.

A autora caracteriza sua proposta como “...de tendência crítica com fundamentação psico-cultural ...privilegamos os fatores sociais e culturais, entendendo-os como os mais relevantes para o processo educativo.”¹⁷ p.36

Para ela a pré-escola não deve ser cópia do ensino fundamental (no que se refere à organização do tempo, do espaço, do currículo, da avaliação, etc...), mas pré-requisito, o fator que permitirá a articulação entre a pré-escola e o ensino fundamental. O currículo que propõe se baseia nos temas geradores que permeiam as diferentes áreas do conhecimento.

Já Kishimoto em seu livro “Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação” (1993) faz um passeio pelos jogos infantis considerados como parte da cultura

¹⁷ Idem:36

popular mostrando a ajuda imprescindível da visão antropológica para um estudo dos jogos, já que cada cultura apresenta diferentes significados para os comportamentos considerados lúdicos. Por exemplo: “se para a criança européia a boneca significa um brinquedo, um objeto, suporte de brincadeira, para certas populações indígenas tem o sentido de símbolo religioso.”¹⁸

Nos estudos sobre a imagem das crianças brasileiras ela encontra temas como: as crianças do período colonial à república dos anos 30, a concepção da criança escrava na literatura de viagens, a percepção da criança negra no processo de educação familiar, estudos iconográficos que apresentam o perfil da criança brasileira, a representação do pré-escolar na legislação, imagens que os professores têm da criança pré-escolar, conceito de infância e historicidade. Mostrado a multiplicidade de estudos dentro do tema jogos, Kishimoto direciona seu olhar para os jogos tradicionais infantis.

Jogos que possuem características fortes como oralidade, tradição, transmissão oral. Muitos deles preservam a mesma estrutura do passado e outros se modificam. São considerados jogos tradicionais o peão, a pipa, lendas de cucas, bichos-papões, peteca, jogos de pegador e outros. Esses jogos, segundo ela, possibilitam “...perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social.”¹⁹

Kishimoto nos lembra ainda que com a mistura das populações (brancos-índios-negros) veio também seu folclore, o que explica os temas e valores presentes nas mais diversas e distantes populações.

O enfoque é no resgate dos jogos vivenciados nos engenhos de açúcar e nas tribos indígenas visando a representação da infância nesses grupos e o papel dos jogos.

¹⁸ KISHIMOTO, 1993:8

¹⁹ Idem:15

Para compreender a infância dessa época ela analisa as relações no interior das famílias de estrutura patriarcal; apoiadas pelo regime da escravidão e autoritarismo paterno, onde cabia a mulher um papel secundário e pouco significativo, o sistema educacional e o modo de vida na casa-grande; e de que forma essas relações eram refletidas nas brincadeiras tanto entre as crianças da casa-grande quanto as da senzala, e nas brincadeiras que estavam todas juntas.

A educação no período imperial era aristocrática, marcada pela tradição intelectualista, com uma cultura de fundo europeu. Dessa forma a partir dos sete anos eliminava-se a infância das famílias, as crianças passavam a se vestir como adultos e eram obrigadas a se comportarem como tais. As brincadeiras infantis eram consideradas manifestações de uma natureza infantil diabólica, a ser disciplinada, apesar dos grandes espaços de exploração disponíveis para os meninos de engenho e a companhia dos crianças negras colaborarem para a manifestação da curiosidade infantil e expressão lúdica.

Um jogo citado que perdura até nossos dias é o simbólico que na época “...auxiliava as meninas tanto brancas como negras, a compreenderem a trama de relações de dominação da época e funcionava como mecanismo auxiliar para a incorporação dessas relações.”²⁰

Como influência indígena nos jogos tradicionais encontram-se os brinquedos de figuras de animais, os bодоques, alçapões, brincadeiras junto à natureza, chocalhos, petecas, matracas, jogo do fio e outros.

O divertimento natural dos curumins era imitar gente grande, era o brincar enquanto preparação para a vida adulta, pois nas comunidades primitivas não há separação da criança do mundo adulto e nem competitividade. Nas tribos indígenas o jogo não é conduta típica de crianças, é forma de conduta de toda a tribo.

²⁰ Idem:46

Dado esse panorama dos jogos infantis, a autora nos remete ao jogo no início do século XX em São Paulo, como essas brincadeiras foram se modificando devido à urbanização e industrialização da cidade, os olhares preconceituosos para com o jogo, a passagem dos jogos das ruas e quintais para as instituições escolares.

Cita as contribuições de Froebel, Claparède, Dewey, Decroly e no Brasil os escolanovistas, aí incluído Anísio Teixeira.

“O mesmo movimento escolanovista penetrou na Educação Física e estimulou a perspectiva do jogo enquanto recreação, uma atividade que colabora com o desenvolvimento físico e higiênico da criança.(...) A recreação na acepção de escolanovistas brasileiros diverge daquela emitida pelos filósofos gregos, de uma recreação descompromissada. Não é também aquele jogo livre que acontece nas ruas, nos quintais e praças, descritos por folcloristas. A recreação tem o sentido de atividade orientada na busca de objetivos. Não são objetivos relacionados à aquisição de conteúdos, mas ligados ao desenvolvimento físico, cognitivo e social. Prioritariamente busca-se formar o corpo e, conjuntamente, habilidades cognitivas, morais e sociais. Geralmente entram na categoria de jogos recreativos aqueles pertencentes ao folclore infantil, nos quais predominam a atividade motora (barra-manteiga, corda) e rodas cantadas.”²¹

Mostra-nos as experiências brasileiras e os diversos usos e objetivos dos jogos na educação das crianças (para aprendizagem de conteúdos escolares, aquisição de motricidade, etc).

Já, Assis em seu livro “A pré-escola brasileira: uma nova metodologia de educação pré-escolar” (1979) traz como contribuição uma “metodologia piagetiana” de educação considerando o desenvolvimento da criança.

²¹ Idem : 109-110

Para isso, demonstra algumas concepções de educação pré-escolar e seus objetivos, entre elas a que vê a pré-escola como extensão da casa, em que o principal objetivo é o cuidado (alimentação, bons hábitos e recreação) e, aquela que prioriza a preparação para que a criança tenha sucesso na escola de ensino fundamental, com atividades que se limitam na maioria das vezes ao recorte, pintura, colagem, exercícios de coordenação motora entre outros.

Dessa forma, alerta que essas concepções ignoram o desenvolvimento intelectual da criança que pode ser rápido ou lento dependendo do meio em que vive. Para a autora “o desenvolvimento intelectual é o processo pelo qual as estruturas da inteligência se constroem progressivamente, através da contínua interação entre o sujeito e o mundo externo”.²² Fundamenta-se em Piaget e os estágios do desenvolvimento (sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto, operações formais), descrevendo manifestações desses estágios em situações como as brincadeiras de faz-de-conta, o pensamento lógico-matemático, as classificações e a seriação. Situações que permitem visualizar o comportamento infantil e sua evolução nos diferentes estágios.²³

Mesmo sabendo que as intenções de Piaget nunca foram pedagógicas, apresenta sua metodologia como piagetiana, “...essa metodologia pretende favorecer a aquisição das estruturas operatórias concretas através do processo de equilíbrio pelo qual elas se constroem e não através da aprendizagem. Como qualquer outra, essa metodologia supõe a aprendizagem de dados e habilidades específicas, mas parte do pressuposto que tal aprendizagem está subordinada aos instrumentos intelectuais característicos de cada estágio

²² ASSIS: 1979:9

²³ Idem:21

do desenvolvimento. Essa metodologia é aplicada em classes experimentais, relatada pela autora.

Finaliza sua obra denunciando que a pré-escola, naquela época (1979) ainda era privilégio de poucos.

Gisela Wajskop, por sua vez, nos mostra em sua obra “Brincar na pré-escola” (2005) a brincadeira como processo e atividade social infantil, a criança como produtora e reprodutora da cultura infantil. Encontra na Antropologia, na Pedagogia, na Psicologia e na Filosofia o maior número de trabalhos sobre o tema, apesar destes se referirem à brincadeira como sendo da natureza infantil, cumprindo requisitos de desenvolvimento.

A brincadeira na pré-escola é considerada por ela atividade fundamental do ponto de vista afetivo, cognitivo e social, principalmente as brincadeiras de faz-de-conta. Porém, nos alerta que a maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica das crianças, reduzindo a brincadeira a uma atividade controlada pelo professor, não permitindo a criança definir o tema, os papéis e o conteúdo da mesma.

“Esta concepção da função da pré-escola, de reflexão e sistematização recente ,é, no entanto, prática ainda nova e ameaçadora para a maioria dos professores, acostumados que foram, nos cursos de formação do magistério, com os exercícios motores de treinos de habilidades e funções cognitivas específicas.”²⁴

Além disso, procura entender:

“se, de fato a brincadeira vincula-se à função pedagógica da pré-escola, como tem sido discutido pelos profissionais da área, e pode constituir-se em um espaço de interação social e

²⁴ WAJSKOP, 2005:27

construção de conhecimento pelas crianças, havia diferenças na localização da instituição pré-escolar com relação a esta atividade infantil? A brincadeira é de fato um espaço de aprendizado sócio-cultural localizado no tempo e no espaço?...O contexto da pré-escola propicia o aparecimento ou não dessa atividade infantil? ”²⁵

A autora procura entender o papel educativo da brincadeira como possibilitadora de “...uma identidade infantil autônoma, cooperativa e criativa.”²⁶

Apóia-se principalmente nas teorias de Vygotsky que, segundo ela, acredita ser o brinquedo um facilitador na mudança das necessidades e da consciência da criança; e em Brougère, que vê o brincar como resultado de relações interindividuais, capazes de definir uma situação e dar novo significado ao comportamento infantil, já que “a brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar.”²⁷

Neste trabalho realizado numa pré-escola localizada na região central do município de São Paulo, pré-escola esta situada no interior de uma escola estadual de 1º e 2º graus, a pesquisadora constatou uma preocupação com a preparação da criança para a primeira série e o uso de brincadeiras nesse sentido. “No caso estudado, encontram-se todos, professora e crianças, emaranhados na teia didática construída. Ela, vítima das circunstâncias, sinalizando socorro para sair da solidão; os alunos resistindo como podem às estruturas cotidianas.”²⁸

E, por fim, Ana Lúcia Goulart de Faria que inicia seu livro “Educação pré-escolar e cultura” (2002) revivendo seu primeiro contato com as origens da pré-escola no município de São Paulo enquanto integrante da equipe coordenadora dos eventos comemorativos dos

²⁵ Idem, P.17-18

²⁶ Idem, P.26

²⁷ Idem : op.cit:29

²⁸ Idem ,P. 114

50 anos da pré-escola pública nessa cidade, que foi iniciada com os Parques Infantis quando Mário de Andrade era diretor do Departamento de Cultura do município na gestão do prefeito Fábio Prado (1935- 1938).

Esses parques que até então recebiam crianças de 3 a 12 anos, transformaram-se nas atuais Escolas Municipais de Educação Infantil a partir de 1975.

A autora esclarece que seu olhar é voltado não para o Mário de Andrade artista, mas para o intelectual e político e acredita que o Parque Infantil ainda não se caracteriza como objeto de estudo da área da educação talvez por ser um projeto de educação não-escolar. O estudo em questão é de caráter etnográfico.

Através deste trabalho soubemos que a sensibilidade em relação a infância varia conforme as diferentes organizações sociais e às suas respectivas classes, camadas e grupos, às diferentes culturas e aos diferentes tipos de governo, assim, numa mesma época convivem as mais diversas preocupações na relação adulto-criança. “Por exemplo, até hoje, existem crianças que trabalham, que apanham, que são abandonadas, que freqüentam instituições fora da família, que tomam conta dos irmãos menores, que brincam e que não brincam, etc.”²⁹

Essas relações podem ser vistas não nos livros de psicologia ou pedagogia, mas em textos literários adotados hoje, como uma importante fonte de informação.

A ligação da educação da pequena infância com a classe operária se faz pela história da mulher, a mulher operária “...que altera a sua função de mãe exercida até então, e que, portanto, deve ser educada para a nova função e dividir seu relacionamento com o filho com aqueles que os educarão para a nova sociedade.”³⁰

²⁹ FARIA, 2002:57

³⁰ Idem, P. 67

Esse preocupação de uma substituição materna é que caracteriza o assistencialismo da maioria das instituições, o que não quer dizer que não seja também uma forma de educação.

O que Faria pretendeu mostrar neste trabalho foi o Parque Infantil como garantia de assistência aos filhos e filhas do operariado sem prejudicar a qualidade da educação que oferecia. Cita o desejo de transformação de Mário de Andrade e dos “Pioneiros da Escola Nova”, entre eles Anísio Teixeira, que acreditavam que pela reforma do ensino tirariam o Brasil do atraso. Pretendiam a melhoria das condições de vida da classe operária, mesmo sem apresentar propostas de transformação estrutural da sociedade. Apresenta as posições políticas do operariado, a posição dos partidos de esquerda frente à mulher trabalhadora, as manifestações da imprensa operária.

Em seu terceiro capítulo conta-nos um pouco do que foi o Departamento de Cultura, suas divisões, as pessoas envolvidas não deixando de falar da ambigüidade atenção/controlé decorrentes da intervenção do Estado na vida privada da população e a paixão com que este departamento foi vivido pelos seus organizadores que tinham como objetivo estimular e desenvolver iniciativas que favoreciam o movimento educacional, artístico e cultural.

O trabalho de Faria é enriquecido não só pelos autores que também se voltaram para a pequena infância, para o operariado e para o Parque Infantil em si, como Sandroni e Abdanur, como também o adensa com trechos de cartas enviadas por Mário de Andrade aos amigos, trechos de seus escritos literários, fotos, além de aproximar o pensamento do artista com o de Vygotsky e o dos escola- novistas.

A partir dos estudos dessas cinco autoras pode-se dizer que a educação não é feita apenas pela Pedagogia, mas tem a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. As referências teóricas dessas autoras, apesar de distintas, se complementam e apresentam

referências em comum quais sejam Vygotsky e os escolanovistas. Apesar dos diferentes pontos de vista, olham para a pequena infância e sua institucionalização, ora voltando para a brincadeira, ora para o ensino e sempre para o cuidado que demanda essa etapa da vida. Foi esse repertório que me fez perceber que a linha que separa esses dois pólos cuidar/brincar, cuidar/ensinar, é fina e não tão visível quanto parecia inicialmente. Dessa forma, acabei por descartar a hipótese desse contraponto tanto entre os supostos patronos quanto entre os dois pólos que disputam a Educação Infantil.

* * *

A partir de então, enquanto fazia o levantamento de fontes bibliográficas para a concretização deste trabalho, tive acesso a alguns materiais sobre os parques infantis de Mário de Andrade que indicavam experiências como as de São Paulo em cidades do interior do estado, como Campinas, Ribeirão Preto, entre outras, o que deu um novo encaminhamento à minha pesquisa.

Sabendo então da existência de um Parque Infantil em Campinas, instituição pioneira na educação das crianças pequenas, optei por estudar o projeto de Parques Infantis por Mário de Andrade, quando de sua passagem pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, tomando como local de observação o Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” em Campinas, inaugurado em 1942. Este estudo se fixa no período em que o Parque era uma instituição pertencente ao Serviço de Assistência Sócio – Econômica, de 1942 à 1981, quando a Secretaria Municipal de Educação incorpora os Centros Infantis Municipais.

Alguns estudos já foram feitos sobre o projeto dessa escola e se constituíram no ponto de partida para esta pesquisa. São monografias de conclusão do curso de Pedagogia

da Faculdade de Educação da Unicamp que trataram de temáticas específicas como a linguagem corporal das crianças pequenas (Paula, 2003), a origem da educação pré-escolar em Campinas (Tonolli, 1996) e ainda um trabalho sobre políticas e organização do Parque Infantil no município de Campinas nas décadas de 1940 e 1950 (Khulmann Jr., M. e Ramos, Maria M.S. – texto encontrado no site www.ced.ufsc.br/~nee0a6/tkulmaria.pdf, 2001).

Os três trabalhos abordam questões como o público freqüentador do Parque (idade, origem sócio-econômica), as atividades físicas e recreacionistas desenvolvidas ali, a garantia daquele espaço no Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade, organização ideal do espaço do Parque, quadro de funcionários, depoimentos de ex-funcionários e ex-freqüentadores, a passagem da instituição para a Secretaria de Educação do Município.

Para este trabalho definimos compreender quais os agentes sociais responsáveis pela instalação dos parques infantis em Campinas? Como se expandiram os parques infantis a partir de São Paulo? E que interesses estavam em jogo na instalação e expansão desses parques?

Pelo que relatam os estudos realizados sobre a escola “Celisa Cardoso do Amaral” e pelos documentos até agora encontrados, como normas regimentais, diretrizes de organização, procedimentos para as professoras, portarias, estatutos e outros, trata-se de uma experiência em Campinas de reedição dos parques infantis de São Paulo, principalmente no que se refere à assistência (preocupações com saúde, alimentação) e higiene (formação de hábitos para uma vida saudável).

Sabendo que a cidade de Campinas vinha de dois surtos de peste, no final do século XIX e de febre amarela nas primeiras décadas do século XX, tenho como hipótese que os parques infantis foram implantados na cidade para possibilitar uma higienização e assistência à população.

Pode ser esta uma justificativa para uma menor preocupação com a brasilidade e a cultura propostas por Mário de Andrade em São Paulo. Sendo o parque uma instituição que fugia ao formato escolar, talvez seja este o motivo pelo qual o mesmo não tenha permanecido com seu formato original, transformando-se posteriormente em escola municipal de educação infantil, suposições a serem ou não confirmadas no decorrer da pesquisa.

Para dar conta dos objetivos propostos o presente trabalho se organizará em três capítulos. No primeiro capítulo buscaremos nos documentos as propostas e garantias de implantação desse Parque Infantil de Campinas, tentando responder às seguintes questões: quais os agentes sociais responsáveis pela instalação dos parques infantis em Campinas, quem patrocinou o projeto e o prédio da instituição, sua proposta inicial era ser uma instituição experimental?

Já no segundo capítulo procurarei entender como se deu a expansão dos parques infantis a partir de São Paulo, recorrendo ao pensamento de Mário de Andrade sobre a infância e a educação, tentando identificar as preocupações dos fundadores do Parque Infantil e suas concepções sobre a produção da cultura infantil.

O terceiro capítulo ficará reservado para as considerações finais, levantando os resultados encontrados, as hipóteses negadas e as novas possibilidades de pesquisa deixadas pelo trabalho.

As fontes de pesquisa são documentos encontrados na escola como: livros ponto, livros de matrícula, Estatuto da Associação de Pais e Mestres, Procedimentos indispensáveis às senhoras professoras na condução dos jogos do ano 1949 (em anexo), Normas para a organização de um Parque Infantil (em anexo), Regulamento do Parque Infantil (em anexo), Regimento Interno dos Parques Infantis (em anexo), Instruções para a

Educação Física nos Parques, Normas regimentais dos Parques Infantis de Campinas (em anexo). Utilizei também alguns documentos encontrados no Arquivo Municipal de Campinas como: planta baixa, Plano Municipal de Ensino, Recreação e Cultura, Esplanação do projeto do Parque, carta enviada pelo Departamento de Educação Física do Estado ao prefeito Euclides Vieira, Brinquedos para os parques infantis: valor educativo e algumas sugestões para o seu uso, processo de criação do serviço de parques infantis, lista de material necessária ao bom funcionamento do parque infantil. Além de fotos e depoimentos.

2. UM PARQUE: MUITAS HISTÓRIAS

O primeiro contato com a Escola Municipal de Educação Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” foi de grande expectativa, uma sensação de estar revivendo o que não vivi, ou o que vivi através de fotos e leituras. Estar ali, diante de uma escola que a muito havia sido referência como espaço de garantia para a criança viver sua infância. Aquele prédio com a mesma fachada e algumas das mesmas árvores que eu já havia visto em fotos antigas.



Foto de minha autoria da fachada da Escola Municipal de Educação Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”

Toco a campainha, o guarda me atende e pede para eu seguir em frente. O caminho de cimento grosso é ladeado por terra e uma grama tímida se faz ver em meio a sombra. Grandes e velhas árvores despejam folhas que se arrastam devido a brisa do momento.

Adentro a porta, é hora da merenda. Deparo-me com crianças sentadas em volta da mesa rezando antes de se servirem. Terminada a oração, dirigem-se em fila a duas mesinhas laterais, e uma a uma vão se servindo. O prato do dia: leite com cereais.

A sobriedade do espaço, com o cinza esverdeado da ardósia que cobre o chão, as mesas e os bancos em fórmica branca, as portas e janelas em madeira escura, ainda conservada, o madeiramento, também escuro do teto, se neutraliza com a pintura clara da parede com o quadro de avisos, e o balcão da cozinha que nos permite ver os azulejos brancos.

Um burburinho somado aos olhares curiosos das crianças, sempre ameaçava a ordem pedida pelas duas professoras que ali estavam, cada uma acompanhando sua respectiva turma.

A diretora pediu que eu aguardasse, continuei então no refeitório observando, ouvindo, pensando. Não esperava ver o que vi. Foi aí que me dei conta que os óculos que eu usava para ver a escola estavam embaçados. Óculos com lentes crentes numa escola laica, democrática, que respeitasse as diferenças culturais e religiosas das crianças. Enquanto me perdia em meus pensamentos a diretora me chamou.

É uma mulher jovem, aparentando uns quarenta e poucos anos, de baixa estatura, cabelos loiros, pintados, abaixo da orelha. Voz rouca, lábios carnudos pintados em tom avermelhado, vestia saia, deixando à mostra parte dos joelhos, pernas grossas, andar firme em sapato de salto quadrado. Pequenos brincos e algumas pulseiras, complementavam a vestimenta.

Chamou-me em sua sala. Na porta escrito diretoria em letras coloridas e emborrachadas. É uma sala pequena, comprida e estreita, em uma das paredes um armário embutido, com portas de correr em madeira escura, a mesma das janelas e portas de

entrada. Sentei-me em uma das duas cadeiras que se encontravam frente a sua mesa, mesa sem muitos objetos, apenas papéis, telefone e um porta-canetas. Ao lado, formando um L, a mesa do computador. Nas paredes nenhum quadro ou cartaz. Parede limpa.

Depois de explicar-lhe que procurava ali documentos da inauguração daquela escola, ela deu-me sua autorização, entregou-me uma chave e pediu ao guarda que me acompanhasse. É um rapaz novo, entre 25 e 30 anos, cabelos escuros, pele clara e muito falante. Sigo-o, atravessando um coberto que separa as salas de aula do refeitório. Ali se encontram os lavatórios e uma casinha de madeira. Nas laterais abertas o “playground” de um lado e árvores e grama de outro. Junto às árvores um “quartinho”, a porta não se abre totalmente, luz só a que entra pela fresta da porta e ali dentro tudo o que a escola não usa mais: carteiras quebradas, brinquedos velhos, slides, discos, tambores, arquivos e os documentos que eu precisava. Ruínas, escombros ou uma forma de se documentar o passado?



Foto de minha autoria do local onde estavam os documentos

Enquanto eu garimpava os documentos com a ajuda do guarda sentia aquela sensação de não saber bem o que buscar, nisso percebi alguma coisa estranha, um ruído que não combinava com o local.

A escola encontra-se em uma das avenidas de entrada e saída da cidade, a avenida Prestes Maia. Do outro lado da mesma avenida encontra-se o quartel e alguns metros a esquerda da escola, uma enorme e imponente igreja evangélica.

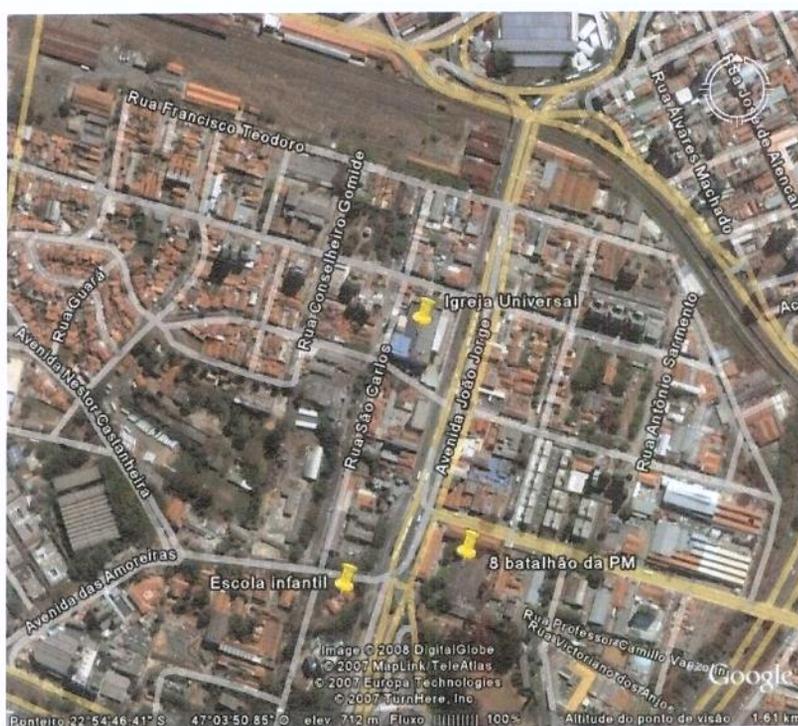




Foto de minha autoria dos prédios comerciais e da Igreja Universal do Reino de Deus localizados ao lado da escola



Foto de minha autoria do quartel localizado em frente à escola

O ruído incômodo que eu ouvia eram os estampidos dos fuzis acionados nos treinamentos feitos no quartel em frente que se destacavam, mesmo em meio ao barulho do trânsito da Avenida. Estaria o parque em local inapropriado ou será que tudo se combina?

“O palácio está em ruínas. Dói ver no parque o abandono
Da fonte sem repuxo...Ninguém ergue o olhar da estrada
E sente saudade de si ante aquele lugar-outono....
Esta paisagem é um manuscrito com a frase mais bela cortada...”

(Fernando Pessoa)

* * *

Celisa Cardoso do Amaral, eis o nome do antigo Parque Infantil e atual Escola Municipal de Educação Infantil. Quem foi essa mulher e por que foi dado seu nome à instituição?

Imagino-a uma dama da sociedade, jovem e elegante, de estatura mediana, vaidosa, mas discreta, frágil, delicada, de cabelos levemente ondulados e curtos. Retratada em pequenas homenagens como uma mulher amável e dedicada tanto em sua profissão de educadora sanitária quanto no seu tempo dedicado à caridade. Campinas teve dois Parques Infantis, um no Cambuí e outro na Vila Industrial, e Celisa Cardoso do Amaral era profissional dos dois parques, fazendo visitas domiciliares, encaminhamentos médicos, orientando as pessoas quanto à noções de higiene e preservação à saúde.

Uma história bonita e interessante contada pelo filho do segundo casamento do Plínio do Amaral (marido de Celisa), é que quando pequenos tanto ele quanto o irmão rezavam com a mãe, Dona Aida, antes de dormir e quando iam oferecer as preces sua mãe falava “...e pela tia Celisa”. Segundo ele, não entendiam quem era tia Celisa e sua mãe respondia é a primeira mulher de seu pai, mas ainda era muito abstrato para eles. Por essa

pequena lembrança da infância percebemos a imagem que fora construída sobre essa mulher.

Além de seu trabalho profissional, Celisa Cardoso do Amaral era integrante da Sociedade de Senhoras de Rotarianos de Campinas, trabalhou pela creche “Bento Quirino” e em prol do berçário da “Maternidade de Campinas”, como apontam as fotos abaixo:

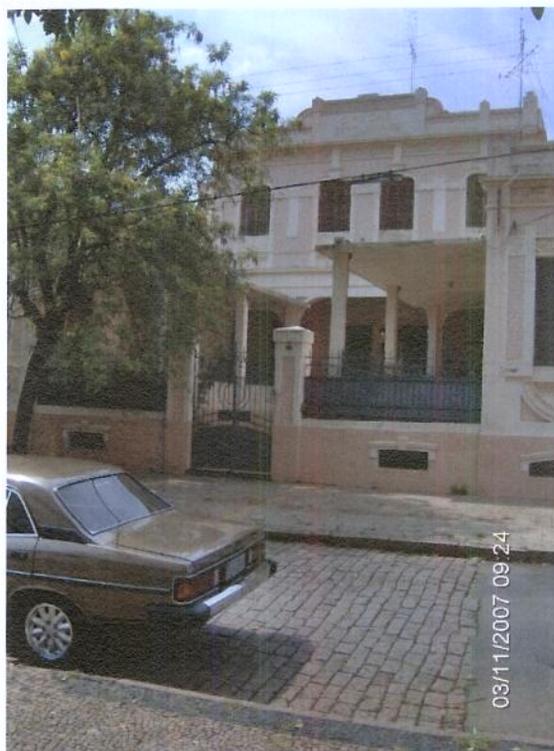


Foto de minha autoria da atual da Creche Bento Quirino

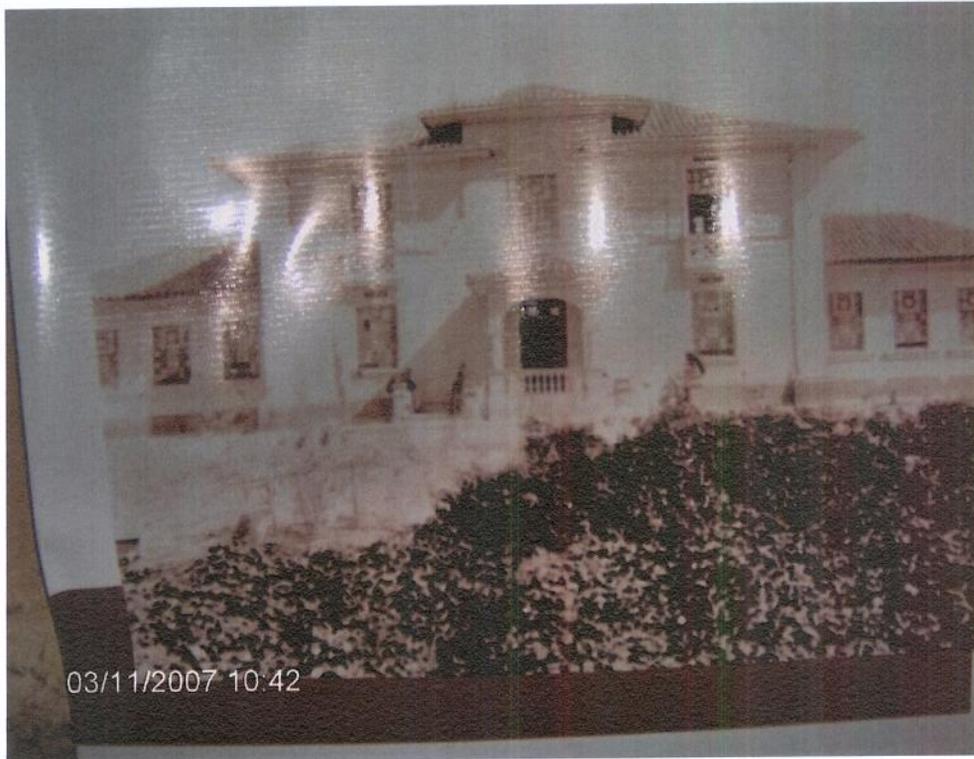


Foto de minha autoria da foto da antiga Maternidade, onde hoje está localizada a Estação Rodoviária de Campinas – cedida pelo Museu da Cidade

Celisa Cardoso do Amaral, esteve diretamente ligada à imprensa e à política locais. Filha de Antonio Franco Cardoso, importante e influente jornalista, fundador do jornal “Diário do Povo” que iniciou sua carreira como tipógrafo e dentre as muitas homenagens que recebeu, está a de nomear a biblioteca da Associação Campineira de Imprensa. Sobre ele o jornal “Diário do Povo” em 06/01/1942 publicou em Campinas:

“O tempo médio de trabalho de um homem é de trinta anos. Antonio Franco Cardoso já realizou mais de duas vezes esse tempo, numa profissão que, mais que qualquer outra, exige, de quem a exerce, um sacrifício de saúde e de tranqüilidade. Em contato com as necessidades do povo, obrigado a refletir diariamente sobre os problemas naturais amargurado às vezes pela incompreensão alheia, lutando pelo

interesse geral e quase sempre esquecido dos seus próprios interesses, o jornalista só tem uma aspiração, que é a de ser útil.”³¹

Celisa foi esposa do também jornalista e diretor do mesmo jornal, Plínio do Amaral. Este deixou a atividade na imprensa – para desempenhar alto cargo na Prefeitura, a convite do então prefeito Miguel Vicente Cury. Permaneceu, porém, equidistante da política partidária, motivo pelo qual foi mantido pelos Prefeitos Orestes Quércia, Lauro Pércles Gonçalves e Francisco Amaral, como chefe de gabinete.

“Foi, aliás, um dos que se bateram com ardor, para a instalação da Faculdade de Medicina, primeira etapa da Universidade Estadual (Unicamp), hoje de renome internacional, construção do novo edifício da Maternidade, aeroporto de Viracopos, além de outras campanhas...”³²

A patronesse do Parque foi escolhida em 1949, após seu falecimento em outubro de 1948, vítima de problemas cardíacos.

Seu nome dado teria sido dado ao parque por duas razões: a sua dedicação à infância e as famílias carentes e o seu envolvimento indireto na política e na imprensa.

Um ponto comum entre os nomes dos dois Parques Infantis da cidade é que ambos tem como patronesses mulheres conhecidas por trabalhos filantrópicos. Violeta Dória Lins, patronesse do Parque Infantil do Cambuí, trabalhou pelo Asilo de Órfãos de Campinas. Como mostra o depoimento de uma ex-asilada sobre sua madrinha a senhora:

“Minha madrinha era pessoa excelente, muito competente e caridosa, sempre elegante, envolvida na área do ensino, participante em obras de caridade, extremamente respeitada em Campinas. Para a época dela, era uma mulher muito atuante e dinâmica. Ela fazia parte da Mesa da Santa Casa e era diretora da Escola

³¹ Diário do Povo, 06/01/1942. p.3

³² Correio Popular, 11/02/1978.

Normal. Fez lá uma campanha em Campinas, ao lado de Dona Violeta Dória, Dona Otília Carreira e muitas outras senhoras da sociedade, para conseguir madrinhas para as meninas da escola da Santa Casa.”³³

O antigo Parque Infantil e atual Escola Municipal de Educação Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” foi o segundo parque infantil de Campinas, sendo o primeiro o Parque Infantil do Cambuí, mais tarde denominado Parque Infantil Violeta Dória Lins, localizado na Praça Imprensa Fluminense, hoje Centro de Convivência.

Este primeiro parque localizava-se num bairro de residências tradicionais, dos fazendeiros de café e seus herdeiros. Foi demolido entre 1963 e 1965. Transferido para o bairro Vila Rica, é hoje a Escola de Ensino Fundamental (EMEF) “Violeta Dória Lins”. Pelo que podemos entender nos documentos encontrados este parque se iniciou como um “play-ground” e devido ao grande número de freqüentadores fez-se necessário estruturá-lo inicialmente com a construção de vestiários e a contratação de funcionários, depois veio a cerca, os horários, o conteúdo e tornou-se uma escola .

“Após entendimento com a Delegacia Regional do Ensino, que se comprometera a obter do Secretário da Educação a designação de um instrutor de educação física, para dirigir o play-ground já instalado na Praça; autorizou a Prefeitura a construção do melhoramento acima que ficou em 10:343\$500. A construção está subdividida em 20 vestiários dotados de chuveiro com móveis adequados.” (Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1938 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito Dr. Euclides Vieira).

O Parque Infantil Violeta Dória Lins, foi inaugurado em 1939 e teve sua construção financiada pela Prefeitura de Campinas, sendo o projeto feito pelo engenheiro-arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Chefe da Seção de Urbanismo da Prefeitura Municipal da Capital.

³³ NEGRÃO, 2002, p.89

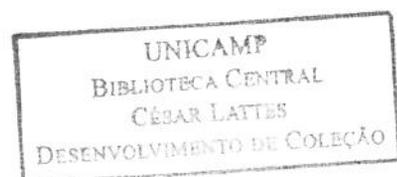
Antes da construção do Parque³⁴, este local se constituía num Jardim Público construído por iniciativa particular de fazendeiros que cederam mão-de-obra escrava, mudas de plantas entre outros fornecimentos, para oferecer às famílias campineiras um local apropriado para as reuniões familiares, já que na falta de opção estas passeavam pela gare da Estação todas as tardes, esperando os trens que vinham de São Paulo. Neste Jardim acontecia apresentações musicais, concursos, quermesses.³⁵

Transformado o Jardim Público em parque e com sucesso de atendimento, tornou-se viável a construção de mais um parque, o Parque Celisa Cardoso do Amaral. Com a expansão da Vila Industrial teria surgido a necessidade de um atendimento sócio educativo naquelas imediações. Assim consta no Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1940 pelo Prefeito Dr. Lafayette Álvaro S. Camargo: “A instalação desse parque vem sanar uma lacuna sensível em organizações dessa natureza no populoso núcleo da Vila Industrial.”³⁶

³⁴ MENDES, José de Castro, 1970

³⁵ Como o foco deste estudo não é o respectivo parque não busquei maiores informações sobre ele, mas cabe perguntar o que levou a transformação deste jardim em parque e para quem era destinado este parque? Localizado num bairro nobre da cidade, de moradias luxuosas e pessoas influentes na sociedade campineira como Dr. Lix da Cunha e Dr. Romeu Tórtima (Prefeitura Municipal de Campinas, 1950) a quem atenderia este parque? Os filhos da alta sociedade ou os filhos das pessoas que serviam a alta sociedade? Aos meus olhos, a segunda opção prevalece, já que o local enquanto passeio público já era aproveitado para a filantropia, onde algumas senhoras da “boa” sociedade organizavam festividades em prol do Asilo de Órfãos, do monumento aos voluntários de 32, entre outras.

³⁶ Relatório Geral do Exercício de 1944, p.5



O bairro da Vila Industrial se caracterizava na época, como o próprio nome indica, como uma vila operária, uma das principais áreas fabris da cidade; formada no prolongamento das oficinas das estradas de ferro.

“Área na qual existia o Matadouro Municipal, o Asilo dos Morféticos e dos Lazaretos e curtumes, o bairro era considerado distante o suficiente do centro da cidade para abrigar tais atividades que pudessem provocar algum tipo de insegurança à saúde de seus moradores. A vila foi se consolidando na cidade com a chegada cada vez mais constante de imigrantes vindos, principalmente, da Itália, Portugal e Espanha. Sendo um local próximo à linha de trens, e com muitas possibilidades de trabalho, o bairro atraía quem chegava à cidade e possibilitava a compra de terrenos a preços acessíveis para a construção de moradias humildes, operárias, porém de tamanho considerado razoável para a época.”³⁷

Segundo a historiadora e coordenadora do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Condepacc, Daisy Serra Ribeiro (apud Velasco, 2005, p.23) “...caracteriza um bairro operário como aquele que possui muito mais do que esse tipo de trabalhador morando em suas casas. É considerado operário por conta das casas populares, baratas, construídas como investimento para pequenas rendas. A vila era uma área em que o terreno tinha preço acessível e que era fácil conseguir uma autorização na prefeitura para uma casa padrão operária. A idéia de vilas operárias espalhou-se pelas principais cidades do Estado de São Paulo a partir dos anos 1920, com o avanço da industrialização e seguindo os padrões relatados na literatura do período.

* * *

Em Campinas, a construção do Parque Infantil da Vila Industrial foi prevista, planejada e garantida pelo Ato Municipal 118 de 23 de abril de 1938 que aprovou o Plano

³⁷ VELASCO, 2005, p.17-18

de Melhoramentos Urbanos de Campinas cujo autor foi o engenheiro-arquiteto Prestes Maia que já havia elaborado um plano de avenidas para a cidade de São Paulo.

“O antigo núcleo urbano, situado numa colina suave e arruado em xadrez, não apresentava nenhum problema agudo que demandasse uma solução audaciosa, como acentuou Prestes Maia na justificação de seu projeto. Mas sofria os inconvenientes de más condições urbanísticas, difundidas por toda área a melhorar e exigindo, para sua correção, obras de grande vulto consideradas as possibilidades financeiras do Município. Cuidou-se de melhorar as condições de tráfego entre a estação da Paulista e o Largo do Rosário e da sua vazão para os principais bairros. Para atingir esse objetivo, o Plano Prestes Maia recomendou a abertura de duas avenidas em “T”, mediante o alargamento das ruas Campos Sales (ligação da Paulista ao Largo do Rosário) e Francisco Glicério (barra de distribuição do tráfego). Desta última e em distância que variam de 200 a 400 metros, partem avenidas secundárias que demandam os bairros e foram obtidas com o alargamento da ruas Cônego Cipião, Conceição, General Osório e Benjamim Constant. Esse sistema é auxiliado por duas perimetrais (interna e externa), além de importantes radiais constituídas pelas ruas e avenidas Anchieta, Orozimbo Maia, Paula bueno, Brasil, Delfino Cintra, José Paulino, Andrade Neves, Governador Pedro de Toledo, João Jorge, Saudade, Abolição e Moraes Sales. Esta última via está sendo objeto de estudos, que abrangem a construção de um novo viaduto sobre as linhas da Paulista, para facilitar o acesso à Via Anhanguera e o alargamento da rua Senador Saraiva, que ligada a Avenida Orozimbo Maia, dotará a cidade de uma ampla e longa diagonal, altamente vantajosa.” (Monografia de Campinas, 1950)

O projeto de construção do Parque, seguiu critérios semelhantes aos parques de São Paulo, construídos preferencialmente em bairros operários e pelo mesmo engenheiro-arquiteto, como nos fala da construção o Relatório geral de exercício de 1942 da Prefeitura Municipal de Campinas apresentado ao departamento das municipalidades pelo prefeito em comissão Dr. Perseu Leite de Barros.

“... identicamente ao pavilhão já construído na praça Imprensa Fluminense, compreende este, um salão central, ladeado por salas para biblioteca, médico, dentista, professores, copa e cozinha, instalações sanitárias e chuveiros para os dois sexos.

A execução da piscina, com dimensões regulamentares, palco ao ar livre, campos para a ginástica, bola ao cesto, vedação do terreno, terraplenagem geral, arborização e mais serviços complementares, ficaram a cargo desta Diretoria e foram executados, por administração pelo pessoal operário do quadro, tendo custado 18:115\$000.

Uma parte dos serviços externos tais, como, revestimento de piscina em azulejos, cloração da água, colocação de aparelhos para as crianças, jardinamento, mobiliário, etc.; serão concluídos no próximo exercício, de forma a permitir a instalação e funcionamento regular do parque, o mais tardar no 2º semestre.”

Ambos os parques eram dependências da Seção de Assistência Sócio – Educacional, chefiada pela professora D. Antonia Abdalla e a esta seção competia dar orientação administrativa e técnico-pedagógica; inspecionar, fiscalizar e orientar os Parques Infantis; organizar projetos e propor medidas visando a melhor eficiência dos serviços oferecidos; efetuar registros e elaborar mapas estatísticos referentes ao movimento de alunos, professores e funcionários; selecionar, controlar e distribuir material pedagógico, esportivo e recreativo e garantir a assistência dentária dos parques, como especifica o Plano Municipal de Ensino, Recreação e Cultura de 1955.

Sendo os parques de Campinas e de São Paulo pertencentes ao mesmo projeto, é natural que estes recebessem orientação da prefeitura de São Paulo, então sob a responsabilidade de Maria Aparecida Duarte que mesmo após a demissão de Mário de Andrade em 1938, continuou na chefia da Seção dos Parques Infantis. Essas orientações

eram dadas tanto em relação à formação dos parques quanto aos programas de ensino da instituição.





Entre os documentos encontrados no acervo da escola está o “Organização de um Parque Infantil”³⁸ que esclarece que o parque tem por finalidade a educação e a assistência à criança, além da preocupação com um espaço físico apropriado às atividades infantis.

“O Parque Infantil deve ser, então, um lugar bonito e agradável, com um grande espaço para correr e brincar, cheio de distrações, onde a criança sinta desejo de permanecer o maior tempo possível.”³⁹

A preocupação com a organização do espaço físico dos parques se materializa em obras como as do Parque Infantil do Cambuí conforme consta no Relatório geral de

³⁸ Organização de um parque infantil (sem data), expedido pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, assinado pelo diretor geral do departamento, Dr. Edmundo Carvalho e pela inspetora geral dos Parques Infantis, Maria Aparecida Duarte.

³⁹ Organização de um parque infantil , p.1

exercício de 1944 da Prefeitura Municipal de Campinas, com a preocupação de garantir atividades ao ar livre, principalmente as esportivas, espaço para biblioteca, brinquedos dispostos de maneira segura, consultórios médico e dentário, enfim um espaço que garanta o objetivo principal dos parques, proporcionar uma vida saudável, desenvolvendo hábitos de higiene. “ Pombal no Parque Infantil do Cambuí - Importando em Cr\$2920,80, foi construído esse melhoramento, que veio trazer uma nota de alegria ao elevado número de crianças freqüentadoras desse Parque.” (Organização de um Parque Infantil, P.3)

Desta forma, os parques tinham a mesma planta e as mesmas diretrizes quanto aos tipos de brinquedos, área verde, piscinas, entre outros. Além de orientações quanto ao número de funcionários, funções de cada um, obrigações, direitos, etc. Como nos mostram as cartas enviadas ao Prefeito Euclides Vieira por A. Boaventura da Silva, inspetor regional do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1939 :



Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo

INSTRUMENTO DE LICITAÇÃO Nº 1000/59

2000
94 V 39

Campinas, 17 de abril de 1959

Stamp: 2153

Sr. Sr. Dr. Euclides Vieira
20. Prefeitura Municipal
Campinas

A.D.O.P.
Com o intuito de...
de...
13/4/59

Em acordo com o estabelecimento pessoal que vive em V. Excela e em conformidade à glória processo, segue as vezes são os seguintes projetos:

1 - Original de projeto para a construção de "Parque Infantil para a cidade de Campinas" (acompanhado de planta de obra e uma fotografia de planta de pavilhões central tipo 2) - O referido original aproveita as construções e aparelhamentos já existentes no antigo Parque Fluminense, acrescentando algumas modificações e algumas construções novas, a fim de que no referido local possa funcionar regularmente o primeiro Parque Infantil de Campinas. Trata-se portanto de uma adaptação relativamente pouco dispendiosa e que visa satisfazer as exigências referentes à moderna regulamentação dos Parques Infantis.

2 - Fotografias (3) de planta de Parque Infantil tipo 1 - destinada como seja de muito interesse, a construção de um novo Parque Infantil em zona populosa da cidade, zona Vila Industrial, especialmente habitada por operários.

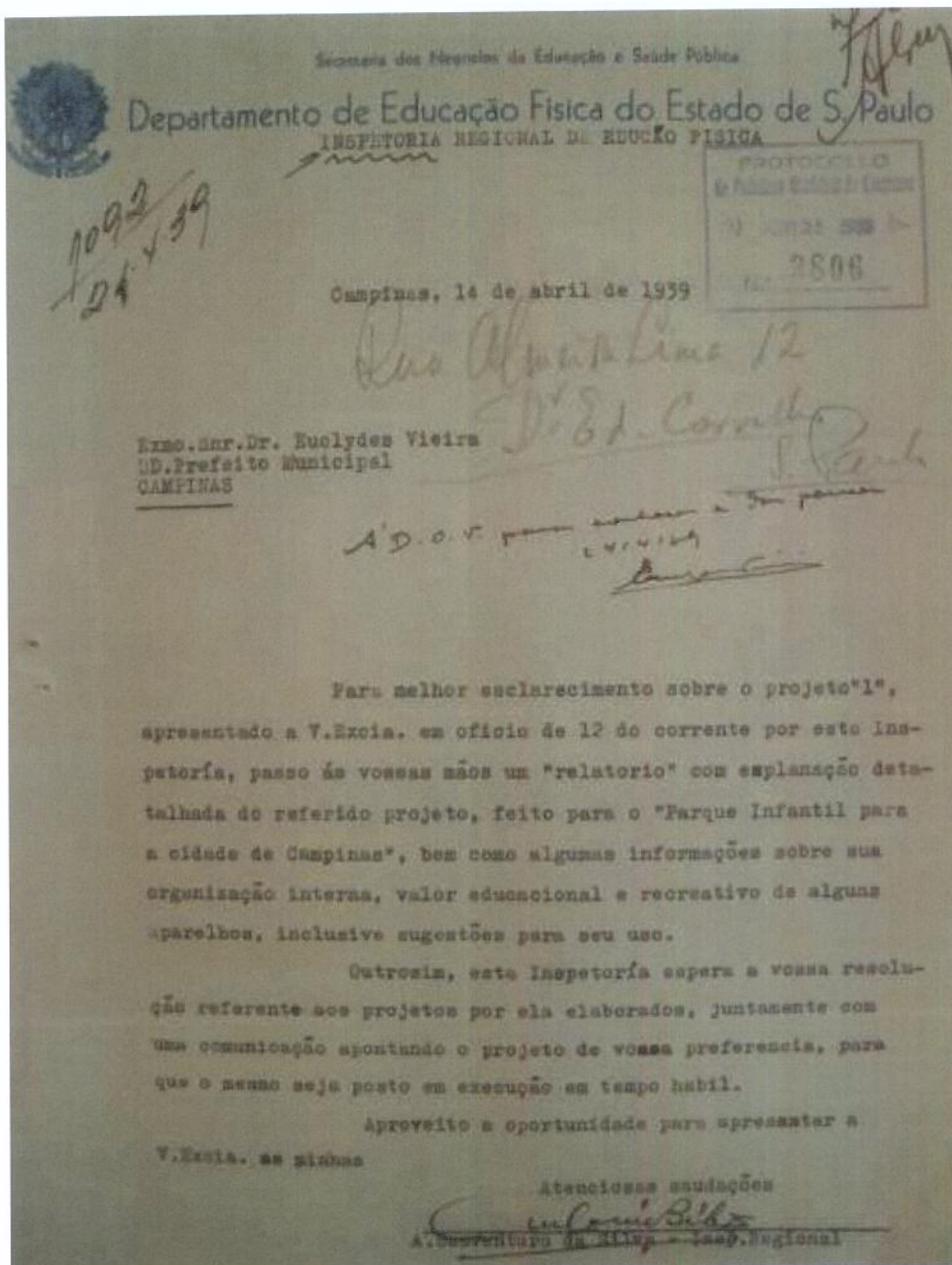
A vista dos dois projetos acima apresentados, e sendo satisfeitas as vezes convenientes julgadas, pedidas, para a sua execução, estudos e provisionar o orçamento daquele que melhor convier à administração municipal.

Quanto ao pedido de V. Excela, e respeito a este aspecto, ao tempo hábil, das fotografias e originais acima, juntados com a planta anexada para obter a licença do projeto, assim, a referida licitação poderá providenciar com urgência a seguir da licitação, visando ao melhor aproveitamento da pretensão apresentada - FALTA L.P. Nº 111 - que visa proporcionar com seus recursos frequentes de promover de crianças físicas, mentais e intelectuais; de recreação organizada e dirigida - obra valiosa que contribua para o engrandecimento de uma pátria onde vive este povo e de um bem-estar de cada vez mais feliz.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excela as minhas

atenciosas saudações.

Euclides Vieira
A. de Freitas - Diretor Regional



Embora o projeto parques infantis seja uma criação atribuída a Mário de Andrade e Nicanor Miranda, em 1935, sabe-se que já havia, em São Paulo, uma iniciativa da associação Cruzada Pró-infância no início da década de 30. A Cruzada Pró-Infância é uma

instituição de caráter beneficente, social e científico e tem por finalidade promover a defesa e execução dos direitos da criança, da gestante e da mulher.⁴⁰

Nesta época São Paulo, apesar de bastante desenvolvida devido, principalmente, as indústrias que se instalavam na cidade, não beneficiava a maioria da população que vivia sobre péssimas condições sanitárias e alta taxa de mortalidade infantil.

Foi, preocupadas com essa situação que Pérola Byington⁴¹ e a educadora sanitária Maria Antonietta de Castro uniram-se para organizar uma cruzada para criar recursos para a assistência, educação e proteção às mães e às crianças carentes.

O programa de ações da entidade incluía uma gama variada de atividades, inclusive pleitear junto aos poderes públicos a obtenção de leis favoráveis à gestante e à criança, além de criar dispensários com serviços de clínica geral, higiene infantil, pré-natal, fisioterapia, dietética e odontologia. A casa maternal para abrigar mulheres solteiras e casadas que não tinham apoio familiar também se destacou por ser projeto pioneiro. No início dos anos 30 não havia nada parecido em São Paulo, devido ao enorme preconceito contra as mulheres que tinham filhos fora do casamento. Pérola Byington acreditava que a assistência à mãe solteira não ampliaria o problema, a falta de amparo, sim, é que resultaria em maiores problemas sociais, e compreendia a maternidade como uma função social, que deveria ser honrada, protegida e até mesmo retribuída pelo Estado.

A partir dessa iniciativa também foram organizados projetos infantis e creches com serviços de psicologia nos quais foram empregados os mais modernos conceitos de higiene

⁴⁰ Art. 2º do Estatuto da Cruzada Pró-Infância – www.cruzada.org.br/historico/default.as) Iniciou suas atividades em 12 de agosto de 1930)

⁴¹ Pérola Ellis Byington desempenhou essa campanha Pró – Infância durante 33 anos, além de outros programas de ajuda aos menos favorecidos, principalmente às crianças. Nascida em Nova Iorque em 1879, filha de imigrantes estadunienses, casou-se em 1901 com Alberto Jackson Byington, um dos precursores da indústria no Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial, encontrava-se em seu país de origem, onde foi responsável por uma seção da Cruz Vermelha. (http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A9rola_Byington)

e educação infantil. Também foram criadas bibliotecas infantis, um lactário humano e cursos e campanhas para divulgar os princípios de puericultura.

Sabe-se de iniciativas como os Parques Infantis nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Amazonas, além do Distrito Federal. No interior de São Paulo funcionavam três parques respectivamente em Campinas, Ribeirão Preto e Marília (KHULMAN, J., sem data).

Os parques infantis em São Paulo, na gestão de Fábio Prado, estavam inseridos dentro do Departamento de Cultura que tinha como crença que a democracia deveria se tornar uma realidade no Brasil e, que para isso o cidadão deveria ser educado para exercê-la dentro dos limites que não colocassem em risco a ordem social estabelecida, daí a conveniência dessas instituições.⁴² Herdamos um ideal de educação construída anteriormente ao século XVIII, com a forte influência de Rousseau, em que tanto a educação é um instrumento político como a atividade política é uma forma de educação, como nos alerta Arendt (1997), por isso investir em um projeto como os parques era retorno garantido, tanto político quanto educacional..

Os Parques Infantis de São Paulo tinham como objetivo, segundo Faria (2002) garantir a assistência às crianças sem prejudicar a qualidade da educação, ele estava ligado ao Departamento de Cultura que se auto-denominava como “uma organização brasileira de estudos de coisas brasileiras”, sendo o resultado da aliança entre os modernistas e a burguesia ilustrada, ele teve como pretensão resgatar ou construir a identidade cultural brasileira, objetivo a ser confirmado ou não, nos parques de Campinas, pois a impressão que se tem, é que o objetivo principal era proporcionar aos frequentadores uma vida saudável, desenvolvendo hábitos de higiene e saúde.

⁴² Abdanur, 1992

Quando o Departamento de Cultura foi criado, abraçou o projeto parques, fazendo dele sua primeira experiência prática. Eles funcionariam como complemento à educação oferecida nas escolas ou para as crianças sem escolas.

“Nestes locais, instrutores de recreação e educadoras sanitárias coordenariam as atividades recreativas “úteis e atraentes”. As crianças freqüentadoras receberiam ainda, assistência médica e dentária. Desta maneira, os parques cumpririam seus objetivos essenciais, quais sejam: (...)zelar pela saúde das crianças. Formar a consciência sanitária das crianças, estudar as crianças sob o ponto de vista biológico, psíquico e social e orientar as atividades recreativas da criança, velando por ela, sem lhe perturbar ou ameaçar a liberdade e a espontaneidade do brinquedo.”⁴³

O caráter assistencialista do Parque Infantil vinha ao encontro do projeto político do Partido Democrático, tornar a democracia uma realidade , educando o cidadão para exercê-la dentro dos limites que não colocassem em risco a ordem social estabelecida; por isso sua concretização deu-se sem grandes restrições de Fábio Prado que acreditava ser pelo Departamento de Cultura que São Paulo se colocaria numa situação de grande evidência em relação às outras metrópoles. Ele faria do novo departamento um dos marcos da passagem dos ilustrados pelo governo de São Paulo.

Autores como ABDANUR (1992), ANDRADE (1981), FARIA (2002) entre outros, podem nos apresentar o projeto de criação do Departamento de Cultura de São Paulo.

Através desses estudos pudemos entender que a busca da brasilidade se materializa em meados dos anos 30, quando Fábio Prado assume a prefeitura de São Paulo. Porém, os projetos, desejos e sonhos, nascem lá nos anos 20 quando um grupo de amigos que já havia

⁴³ ABDANUR, 1992, p.80

feito o Movimento Modernista de 22 e a Escola de Sociologia e Política se reúne com frequência para discutir projetos, programas e realizações.

Durante essas reuniões as primeiras idéias do que viria a ser o Departamento de Cultura teriam sido delineadas, concretizando-se quando Fábio Prado assume a prefeitura em 1934.

“...a administração Fábio Prado se caracterizou pelo mesmo anseio dos “ilustrados” de devolver a São Paulo o prestígio político que suas elites julgavam ter perdido após 1932(...). Como prefeito, Fábio Prado procurou defender os interesses da burguesia paulista apresentando-os como “interesses de São Paulo”. Para isto, serviu-se da idéia de uma “civilização paulista” da qual, segundo ele, teria resultado a “civilização brasileira” na tentativa de justificar a supremacia dos interesses de São Paulo “sobre os interesses nacionais”.⁴⁴

Com esse ideal de governo o, então prefeito, leva como chefe de gabinete o jornalista Paulo Duarte. Este leva consigo Mário de Andrade (como diretor do Departamento), Sérgio Milliet, Rubem Borba de Moraes e Nicanor Miranda, o único não vinculado ao Movimento Modernista, mas já um educador reconhecido.

Para abarcar tudo o que pretendia o Departamento de Cultura foi dividido em seções encarregadas de áreas específicas: Divisão de Expansão Cultural, de Bibliotecas, de Documentação Histórica e Social, Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos e a de Educação e Recreio, nela inserida a Seção de Parques Infantis, tendo como chefe Nicanor Miranda.

⁴⁴ ABDANUR, 1992, p.30

Apesar de Fábio Prado inicialmente ter visto a criação do Departamento de Cultura com certa cautela, implantando-o aos poucos; o que o convenceu foi a possibilidade de dar ao povo um aprimoramento cultural, considerando a cultura popular.

Por um lado, a concretização de um sonho foi expressada nas palavras de Mário de Andrade em carta a Murilo Miranda:

“O Departamento vinha me tirar do impasse asfíxiante, ao mesmo tempo que dava ao escritor suicidado uma continuidade objetiva à sua “arte de ação” pela arte. Ia agir. Me embebedar de ações, de iniciativas, de trabalhos objetivos, de luta pela cultura. Certamente não posso encarar isso como uma perfeição do meu ser interior. Mas também não posso chamar de covardia – o que é uma absoluta impossibilidade. Mas era sempre me conservar utilitário, dando uma pacificação às minhas exigências morais de escritor, pois tirava o escritor de foco, botando o foco no funcionário que surgia. Me suicidei sim porque tinha medo de mim mesmo (medo de me entregar)enceguecidamente a uma qualquer ideologia social. Logicamente seria o comunismo que tinha todas as minhas simpatias, quando de-fato não podia ser comunista pela minha inatividade política e pelas minhas convicções. Mas me entregava a ele pra sossegar.(...) Foi quando me propuseram o Departamento de Cultura. Percebi a possibilidade dum suicídio satisfatório e me suicidei. Eis aí.”⁴⁵ (Andrade, 1981, p.39-40)

Os escritos de Mario de Andrade revelam um grande investimento pessoal no projeto, uma preocupação em ser útil, em atuar naquilo que acreditava. Talvez porque entendia que seus escritos não eram tão palpáveis, tão acessíveis para aqueles que ele pretendia atingir. Tinha um ideal pensado enquanto escritor ignorando, de repente, as barreiras políticas e econômicas encontradas adiante, como bem nos mostra o trecho abaixo.

⁴⁵ ANDRADE, 1981, p.39-40

(...)estou cheio, trabalhando com paixão, com violenta paixão, nesta primeira vida minha em que tomo contato burocrático com o povo e com a vida. Não recuso que a burocracia e este contato novo são horríveis, e experiências ferozes para mim, mas é a vida! E a vida me apaixona mesmo em todas as suas formas de viver! Não sei no entanto si neste novo Mário sem vagueza que sou agora você encontraria alegria propriamente, nem mesmo imagino que você sentisse em mim qualquer felicidade. Positivamente não estou alegre, e é certo que ainda não reachei a minha felicidade perdida neste posto novo. Si não conseguir reencontrá-la no cargo, deixo o cargo. Mas seria ridículo que quem viveu quarenta anos livre e independente, esperasse num mês se adaptar a uma existência por completo e absurdamente diversa da que possuía.⁴⁶

A princípio, segundo a reportagem “Origem e fundação dos Parques Infantis”⁴⁷

“...foram postos em funcionamento três Parques Infantis: D. Pedro II, Ipiranga e Lapa e em 1938 o Parque Infantil de Santo Amaro, este inaugurado e em funcionamento durante a gestão de Fábio Prado, que deixou, em fins de construção os Parques Infantis da Barra Funda e do Catumbi. Em 1938, quando Francisco Prestes Maia assume a prefeitura, não só deu continuidade as obras iniciadas, como construiu mais dois parques o “Vila Romana” e o “Presidente Dutra”.

Uma das preocupações que estiveram presentes desde o início dos parques foi a valorização da cultura nacional através da divulgação e da prática de jogos e brinquedos tradicionais, além de pesquisas que coletassem, junto aos freqüentadores dos parques, seus hábitos, crenças e costumes para devida catalogação.⁴⁸

Sabemos, pelos documentos encontrados até o momento que houve contribuições de várias pessoas na fundação do Departamento de Cultura e na recriação dos Parques Infantis assumidos pela Prefeitura de São Paulo, entre elas a contribuição de Fernando de Azevedo.

⁴⁶ ANDRADE, 1981.p51

⁴⁷ REVISTA PARQUES E RECANTOS INFANTIS DE SÃO PAULO, 1949

⁴⁸ FARIA, 2002. p. 139

Contribuições feitas pela leitura e crítica do projeto inicial do Departamento que foram incorporadas ao projeto final, Paulo Duarte cita na devolutiva das cópias do projeto inicial que a mais completa sugestão, a melhor estruturada era a de Fernando de Azevedo⁴⁹. (Apud Abdanur, p,64)

Em Campinas, cujas obras são extensão do projeto de São Paulo, os parques não estão ligados a nenhum departamento de educação ou cultura, estão sempre atreladas à assistência social e à política.

A preocupação com a higiene e a saúde dos frequentadores dos parques é constante e, em Campinas, particularmente, prevalece frente à busca pela valorização da cultura popular, pois como já foi dito a passagem de epidemias como a varíola em 1870, a gripe espanhola e a febre amarela em 1889 e início do século XX gerou preocupação e cobrança junto ao governo por condições de higiene e saneamento na cidade.⁵⁰

Vejamos alguns trechos do documento, já citado, Organização de um Parque Infantil (sem data) quanto à educação e assistência expedido pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

“As diferentes atividades, a variedade de jogos e brinquedos que ali podem realizar, dão ao Parque Infantil um atrativo contínuo e visam o desenvolvimento e a cultura física, intelectual, higiênica, cívica, moral e social da criança. A cultura física: pelas aulas de ginástica simples, rítmica, musicada, pelos torneios, pelos jogos de bola, de correr, saltar, esconder, de luta, jogos imitativos e educativos e outros. A cultura intelectual: pelas palestras, pela biblioteca, museu e coleções, pelos jornaizinhos das próprias crianças, pelo teatrinho infantil, pela música, canto, chorinho. A cultura higiênica: pelo culto da saúde, por meio da aquisição de bons hábitos como o asseio, a boa alimentação, etc. A cultura moral: desenvolvendo o espírito de solidariedade, estimulando o cumprimento do dever em casa, na escola, no Parque, na rua, nos brinquedos, procurando levar

⁴⁹ ABDANUR, 1992, p. 64

⁵⁰ MENDES, 1970.

a criança à prática de boas ações e à religião. A cultura cívica: pelas palestras, comemorações e dramatizações sobre: datas nacionais, brasileiros ilustres, festas cívicas, patriotismo e outros assuntos similares. A cultura social por meio de excursões, festivais, associações e clubes infantis.”

* * *

Percorrido os caminhos iniciais trilhados pela implantação dos parques infantis em São Paulo e conhecido um pouco do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” que este trabalho se propôs a estudar, cabe agora entender a vinda deste parque para este lugar.

Campinas, desde meados do século XIX, se constituiu num importante pólo regional de comércio e prestação de serviços. Com localização privilegiada, era ponte entre o interior e a capital, região cafeeicultora que mesmo após a crise do café em 1929, se reergueu utilizando a estrutura deixada pelo mesmo, iniciando o processo de industrialização.

Por tudo isso a cidade estava em constante crescimento e a urbanização era intensa sendo necessário, inclusive, um novo plano urbanístico, por volta de 1934, o Plano Prestes Maia, já citado neste trabalho.

Nas décadas de 20 e 30 com o aumento da população são tomadas várias iniciativas para atender principalmente os imigrantes e migrantes que vinham tentar a sorte nesta cidade, dentre elas estão: Hospital do Círculo Italiano (1920), Hospital dos Dementes (1921), Associação Espírita Caminho da Verdade (1922), Serviço Beneficente Social Adventista de Campinas (1922), Hospital das Crianças Pobres (1926), Patronato São Francisco (1927), Instituto Missionários de Jesus Crucificado (1927), Lar-escola Nossa Senhora do Calvário (1928), Sociedade Creche Madre Anastácia (1928), Instituto D. Néri (1933).

Mesmo com tantas iniciativas filantrópicas de assistência à população, os governantes só começam a pensar na possibilidade de construção do Parque Infantil da Vila Industrial em 1939, proposta que só vem concretizar em 1942.

Pelo levantamento bibliográfico feito a implantação do Parque Infantil também é posterior também à inauguração de iniciativas culturais, não necessariamente voltadas para o público que o parque atenderia, como: criação da sede social do Tênis Clube (1923), inauguração do Cine Teatro São Carlos (1924), inauguração do Cine República (1926), Fundação da Associação Campineira de Imprensa (1927), início das atividades do jornal “Correio Popular” (1927), fundação do Conservatório Musical Carlos Gomes (1927), início da publicação da Revista Campineira (1927), primeira exibição do cinema sonoro de Campinas (1930), primeiras transmissões experimentais da Rádio Clube de Campinas (1930), inauguração do Teatro Municipal de Campinas (1930), fundação do Centro de Cultura Intelectual (1931), início da publicação da Revista Mojiana (1935), entre outras.

Para a Vila Industrial, local onde existia o Matadouro Municipal, o Asilo dos Morféticos e dos Lazaretos e os curtumes, anteriormente considerado um bairro distante o suficiente do centro da cidade e propício para tais atividades, a construção de um parque viabilizaria esse projeto de higienização; já que era impossível conter a aproximação do bairro com o centro da cidade. Era preciso estruturá-lo, criar oportunidades, permitir vida saudável, espaço seguro àquelas crianças tidas como carentes. Alguns depoimentos constam na obra de VELASCO (2005) “Além do túnel, uma vila” e nos revela uma infância divertida, prazerosa, emocionante, a infância da Vila Industrial:

“- Naquelas tardes de verão, quentes, abafadas, a gente baixava no Buracão. Eu lembro que a água vinha de dentro de um túnel muito grande, eu tinha uns 11 anos e acho que nadava pelado, né?!” (Geraldo Edison Ormenese, 70 anos)

“ – Não tinha luz aqui na rua, a gente brincava assim mesmo, no escuro, porque tinha a lua né. Fazia aquelas brincadeiras de roda, de pega, esconde-esconde, tudo junto a criançada, menino, menina, tudo junto.” (Virginia Perina Camargo, 85 anos)

“- O Matadouro era ótimo, a gente participava de tudo lá dentro. A gente ia no meio dos bois, via eles í lá pega aquele lote que ia ser morto, punha o boi pra dentro de um corredor de madeira, dava um choque elétrico que funcionava tipo um relaxante. Então o boi andava e prendiam o boi dentro de uma casinha, um cubiculuzinho. Então vinha alguém e dava uma marretada, com uma marreta de ponta bem fina, bem no meio da testa. A gente ficava no pátio lá dentro do salão. Tinha uns trilhos por onde corria os bois depois de morto e a gente ia ajudar a empurrar aquilo, aqueles cortes de boi. A gente se dependurava junto, se pendurava no boi. A gente não se incomodava com sujeira, com nada, era tudo farra.” (Geraldo Edison Ormenese, 70 anos)

Nesses depoimentos podemos ver que a infância da Vila Industrial das décadas de 20, 30 e 40 teve em seu cenário, mal visto pela maioria da população e ignorado pelas crianças que ali viviam, sua particularidade, tornando locais tão “perigosos” uma atração a parte.

Num primeiro momento acreditei que o Parque Infantil poderia ter vindo de São Paulo como pagamento de dívida como foi a ampliação da rede de água e esgoto da cidade no final da década de 30⁵¹, dívida contraída na Revolução de 32, quando o prefeito Orosimbo Maia enviou recursos públicos municipais para financiar o movimento contra Getúlio Vargas; hipótese ainda a ser considerada. (SANTOS, 2002)

⁵¹ SANTOS, 2002

Outra hipótese é a do Parque ter sido um substituto do Asilo de Órfãs, apesar do caráter filantrópico de ambos, preocupados em assistir não só os órfãos e órfãs, mas os advindos de situações de miséria, de desorganização familiar.

Até o momento os dados revelam que o Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” vem suprir uma necessidade de prevenção de doenças e epidemias através de um local adequado para que aquelas crianças pudessem viver sua infância dentro das condições previstas pela sociedade de higiene, saúde e recreação, além de representar a modernização, o progresso e a preocupação dos governantes com a população mais desprovida de recursos.

3. PRAZER EM CONHECÊ-LO, MÁRIO!

Este capítulo é dedicado ao pensamento de Mário de Andrade sobre a cultura e o projeto de Parques Infantis. Tal pensamento é chamado de busca da brasilidade por seus comentadores e pelo próprio Paulo Duarte, colaborador direto do Departamento de Cultura.

Entretanto, não podemos reduzir a busca pela brasilidade a este projeto, pois o movimento não é exclusivamente de Mário de Andrade, mas marca do grupo ao qual ele pertencia, conhecido como Movimento Modernista. Essa busca da idéia de brasilidade, incessante do poeta, é visível em seus artigos de jornais, na vasta correspondência com amigos e colaboradores e nas propostas enquanto administrador público, como a criação do Departamento de Cultura, a criação da Enciclopédia Brasileira e nas diferentes áreas desde a literatura até a música e as artes plásticas.

É possível visualizarmos tal preocupação no anteprojeto, de sua autoria, de criação de um órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional, voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. No anteprojeto percebemos uma preocupação em equacionar o erudito e o popular e criar a diversidade cultural no registro das manifestações populares através de pesquisas etnográficas. A finalização deste anteprojeto culminou no Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937 que normatiza a atividade de preservação do patrimônio não apenas material, mas com especial importância atribuída ao patrimônio cultural, chamado hoje de patrimônio imaterial. (Costa, sem data)

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Embora este decreto ainda não contemplasse o conceito de Patrimônio Cultural, tal qual o conhecemos hoje, este já estava implícito na proposta do poeta. A palavra cultural só foi agregada ao termo patrimônio na Constituição Federal de 1988 no artigo 216, depois de ampla movimentação dos historiadores brasileiros.

A mesma busca pela boa criação e caracterização brasileira encontramos em suas críticas sobre música, literatura e artes plásticas. A música popular foi objeto de sua reflexão temática desde compositor erudito preocupado com a criação de uma música nacional, capaz de expressar a alma de um povo, como afirma Contier (2004). Dedicava-se ao resgate das raízes folclóricas, como fonte de cultura e de preservação do nacionalismo, a serem re-cultivados nos Parques Infantis. Neste projeto, assentado sobre as brincadeiras tradicionais, (depois estudadas com detalhes por Florestan Fernandes nas “Trocinhas do Bom Retiro”, em “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”(1979), entre outros), analisa as possibilidades educacionais e culturais das brincadeiras infantis:

“(…)um único folgado pode pôr a criança em contato com quase todos os valores e instituições da comunidade de modo simbólico, em seus grupos (...) O desejo comum de brincar, o contínuo trato com as mesmas crianças, a preferência por certos tipos de jogos, sua livre escolha, a liberdade de que goza nesses momentos e o interesse que lhe desperta o brinquedo em bando conduzem a criança à formação das primeiras amizades, dando-lhe a noção de posição social. Nesse grupo começa o contato com o meio social de maneira mais livre e íntima.” (FERNANDES, 1979, P.388)



ESTAS CRIANÇAS ENCONTRAM, NO RECANTO INFANTIL DA PRAÇA DA REPÚBLICA, ESPAÇO E SEGURANÇA PARA SEUS FOLGUEDOS. (FOTO RETIRADA DA REVISTA PARQUES E RECANTOS INFANTIS – 1949)

O pensamento da intelectualidade brasileira na primeira metade do século XX, só pode ser entendido se se considerar os impactos da forte imigração europeia do final do século XIX até meados do século XX e as relações que a elite intelectual e os artistas sempre mantiveram com as escolas europeias, especialmente francesas.

O desenvolvimento de um forte nacionalismo ocorrido após a unificação da Alemanha e da Itália acompanha parte dos imigrantes que chegam ao Brasil.

Mário de Andrade vai em busca do que seria eminentemente característico da expressão dos diferentes grupos formadores da população brasileira.

Sobre a música afirma o escritor:

(...) o critério atual da Música Brasileira deve ser não filosófico mas social. Deve ser um critério de combate. A força nova que voluntariamente se desperdiça por um motivo que só pode ser indecoroso (comodidade própria, covardia ou pretensão) é uma força antinacional e falsificadora.

E arara. Porquê, imaginemos com senso-comum: Si um artista brasileiro sente em si a fôrça de um genio, que nem Beethoven e Dante sentiram, está claro que deve fazer música nacional. Porquê como genio saberá fatalmente encontrar os elementos essenciais da nacionalidade. (Rameau, Weber, Wagner, Mussorgski). Terá pois um valor social enorme. Sem perder em nada o valor artístico porquê não tem genio por mais nacional (Rabelais, Goya, Whitman, Ocussai) que não seja patrimonio universal. E si o artista faz parte dos 99 por cento dos artistas e reconhece que não é genio, então é que deve mesmo de fazer arte nacional. Porquê incorporando-se à escola italiana ou francesa será apenas mais um na fornada ao passo que na escola iniciante será benemérito e necessário. Cesar Cui seria ignorado si não fosse o papel dele na formação da escola russa. Turina é de importância universal mirim. Na escola espanhola o nome dele é imprescindível. Todo artista brasileiro que no momento atual fizer arte brasileira é um ser eficiente com valor humano. O que fizer arte internacional ou estrangeira, si não for genio, é um inutil, um nulo. E é uma reverendíssima bêsta. (ANDRADE, 1963,P.19)

Como se pode perceber a defesa do “nacionalismo” em Mário de Andrade não é em oposição ao universal como no nacionalismo europeu que culminou no fascismo e no nazismo, mas se apresenta , antes, como um componente do Universal.

Mário de Andrade, no Departamento de Cultura de São Paulo, espaço onde aparentemente teria muitas chances de levar adiante seus projetos para uma cultura acessível a toda a população, pretendia em sua atuação pública diminuir as distâncias entre o mundo letrado e a camada popular da sociedade, intenção que se torna visível em suas tentativas e reivindicações da incorporação de elementos da fala popular na escrita erudita, da negação de pontuação, na criação de uma língua brasileira que, sobretudo aproximasse a linguagem escrita da linguagem oral, visto que os índices de analfabetismo eram superiores a 50% da população brasileira. Tais índices nos reportam à distância entre a forma culta e a linguagem oral que explicam em parte o problema.

Já sua passagem pelo Governo Vargas resultou em retumbante fracasso, uma vez que não conseguiu desempenhar nenhum dos cargos que lhe foi oferecido, seja como Diretor de um departamento de Teatros no Ministério da Educação seja como chefe da seção do Dicionário e Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. Talvez, não por acaso, sua permanência na capital federal tenha sido o período de sua forte depressão que antecede a morte precoce aos 54 anos.

Tal projeto, de uma marca brasileira na cultura, não pode ser um projeto solitário, necessita de uma rede altamente solidária, o que parece não ter sido o caso da equipe do Ministério de Educação de Capanema

Escrevendo ao amigo Manuel Bandeira, o escritor declara:

“Examina a pontuação que adotei atualmente. O mínimo de vírgulas possível. A vírgula, a maior parte das vezes, sabes, é preconceito gramático. Uso dela só quando a ausência prejudica a clareza do discurso, ou como descanso rítmico expressivo. Também abandonei a pontuação em certos lugares onde as frases se amontoam polifônicas.” (ANDRADE, 1976)

Este diálogo com Manuel Bandeira vai a público quando da publicação de “Circo de Cavalinhos”, em 2 de agosto de 1931, no Diário Nacional, seu amigo Manuel Bandeira publica uma crítica que será imediatamente respondida no mesmo periódico:

“Resta o argumento interessante sobre minha língua brasileira em que você (como eu) reconhece que as pessoas simples que lêem sentem dificuldade em me compreender, e que quando escrevo subo por soube, intaliano por italiano, ‘ninguém sente meu desejo de sacrifício e comunhão, mas minha personalidade indiscreta e tirânica querendo impor...etc.’ o resto da frase é longo e não importa nem a favor nem contra você. Mas, Manu, o caso é um bocado mais sutil que isso. Quando falei que houve sacrifício de mim, e há, no

que faço, creio que não me referi ao sacrifício da linguagem que embora exista, tenha existido principalmente nos primeiros tempos, não tem a mínima importância pra ninguém, nem pra mim. O sacrifício penoso é o das minhas liberdades morais cerceadas; o mais penoso ainda é o das minhas verdades intelectuais, independentes até de mim, e por mim mesmo rejeitadas no que escrevo e ajo, em proveito da normalização, da fixação, da permanência de outras verdades humanas, sociais que eu friamente sei que são importantes.” (ANDRADE, 1976,P.31)

Visto que a fidelidade do poeta aos seus ideais estendia-se além e muito antes dos Parques Infantis, tentaremos encontrar o pensamento de Mário de Andrade com relação às crianças e ao seu ideal de educação, neste conjunto de idéias.

O poeta tinha, em sua trajetória, um respeito pelos distintos grupos produtores e fruidores de cultura, reconhecendo que os menos favorecidos, aí incluídos os negros, os índios, a classe operária, as mulheres e as crianças tinham sua cultura negada, ansiava por garantir no que ele chamava de cultura nacional, um espaço para essas culturas negadas e silenciadas.

Na tentativa de valorizar essas culturas trazidas pelos frequentadores dos espaços públicos e apresentar outras propostas culturais, desenhou um projeto educacional para infância focado nas brincadeiras tradicionais e no folclore e nomeou-o de Parques Infantis.

Dentre todas as atividades realizadas nos parques sabemos do carinho especial que Mário de Andrade tinha pelas artes, pela arte infantil, pelo desenho. Seu olhar atento a arte dos pequenos se faz presente em seus escritos nos jornais, em cartas enviadas a amigos, nas próprias propostas dos parques fartamente sublinhados pelos autores que dedicaram seus estudos a obra do artista.

Ao falar da arte infantil e da infância o escritor sempre ressalta a espontaneidade, o multiculturalismo, a estética, e a característica do autor infantil; como afirma Gobbi (2004)

Mário de Andrade não estava preocupado com a faixa etária do autor, nem com a representação “psicológica” de seus traços, seu enfoque era na espontaneidade do traço. Sobre isso considera o trabalho de Anita Malfatti, como professora de arte na Escola Americana Mackenzie, em São Paulo, que se voltou para as produções da infância já em 1929 e 1930. Diz Mário de Andrade:

Anita Malfatti orientou muito bem seus alunos. A criançadinha, solta assim pelos seus mundos de entre sonho e realidade, só vendo o que fez pelas campinas da pintura. Espinoteou, cantou, rolou gozando e dando na medida do possível a expressão misteriosamente encantada das suas forças.

(ANDRADE, 1976 : 277)

Podemos perceber que o artista é um deslumbrado pela infância no seu mais amplo significado, é pelo desenho, é pelo sorriso aberto, é pelo chorar quando se tem vontade, pelo brincar por brincar, pelo viver a infância com tudo que ela permite, no máximo da espontaneidade. Com esse olhar atento às necessidades dessa etapa da vida é que procura garantir através dos Parques Infantis tudo aquilo que entende como necessário para uma infância saudável, feliz e momentânea, ou seja, que viva a infância pela própria infância e não em nome de algum futuro, por mais promissor que seja. Essa sua visão do que é ser criança data muito antes dos Parques Infantis, local que realmente pode se concretizar, como mostra o artigo publicado no Diário Nacional em 26 de junho de 1929:

“A criança é especialmente o ser sensível à procura de expressão. Não possui ainda a inteligência abstraída completamente formada. A inteligência dela não prevalece e muito menos não obumbra a totalidade da vida sensível. Por isso ela é muito mais expressivamente total que o adulto. Diante duma dor: chora – o que é muito mais expressivo do que abstrair: “estou sofrendo”. A criança utiliza-se indiferentemente

de todos os meios de expressão artística. Emprega a palavra, as batidas do ritmo, cantarola, desenha. Dirão que as tendências dela inda não se afirmaram. Sei. Mas é essa mesma vagueza de tendências que permite pra ela ser mais total.”

Em artigo no mesmo jornal, Mário de Andrade escreve sobre a dificuldade do adulto em enxergar e valorizar os fazeres das crianças, podendo até achar graça, bonitinho, mas não o vê como veria uma obra de arte. Já quando este pequeno faz uma cópia de uma pintura famosa ou toca uma música de Mozart com primor, é mais aplaudido. O poeta ainda questiona se gostamos mesmo desses artistas renomados, obras com caras feias, corpos desengonçados que a inteligência recusa ou se fazemos que gostamos é para seguir a moda ou por medo de parecer ignorante.

“Tudo isso é que faz a gente valorizar o desenho dum mestre e apenas achar graça num determinado desenho de piá. Mas não haverá ninguém honesto neste mundo que, botando a mão na consciência, deixe de reconhecer igualdade de valor exclusivamente artístico nos dois desenhos. O artista em dado momento se sentiu num estado-de- sensibilidade plástica e desenhou. A criança fez o mesmo. Como o estado-de- sensibilidade era plástico, não foi preciso inteligência mais formada para o dignificar. O artista e o piá foram iguais e as duas obras plasticamente possuem valor igual. A técnica entra sim em linha de conta e é por ela que o artista prevalece.”

O Mário de Andrade, “crianço”, como ele próprio se considera, possuía a capacidade de aprender com as crianças e se deixar levar por molecagens que nunca as fez enquanto tal e se encanta e relata deixando transparecer o menino que existia dentro dele, essa aprendizagem resulta do olhar atento e dos ouvidos abertos a tudo que se referia à criança. Entre suas aprendizagens escreve:

“As crianças de Anita Malfatti me levaram agora pra mais duas noções. Embora se trate de trabalhos feitos a lápis preto ou de cor não hesitei em chamá-los de pinturas em vez de usar a palavra desenho. Me explico: O desenho é uma imagem livre, é uma expressão intelectual, conta qualquer coisa. Independe pois das restrições e exigências plásticas da moldura. A verdadeira moldura dele são os próprios limites da imaginação do observador que completa o desenho com a suas conclusões intelectuais. A pintura pelo contrário prescinde muito mais da compreensão intelectual. Requer uma concepção fechada, limitada, de ordem mais diretamente plástica, mais diretamente sensorial. Requer moldura, isto é: requer composição plástica imediata e indissolúvel.”

O poeta tinha a sensibilidade do olhar e o entendimento de uma criança completa, que usa das diferentes formas de linguagem, entre elas a pintura e o desenho, para expressar o que pensa e sente e nos remete ao comportamento adulto, muitas vezes analfabeto nessas outras formas de expressão.

Quanto às suas peraltices revela uma delas no artigo “Cai, Cai, Balão” de 3 de agosto de 1932, e peço licença ao leitor para uma citação mais longa:

“Eu vinha, suponhamos que tivesse errado o bonde, vinha de destinos do homem feito, forte e designado em mim, vinha em procura da rua dos bondes, que me trouxesse pra casa outra vez. Era longe, num bairro que dorme cedo. Foi quando virei a esquina: enxerguei no céu perto a chama viva do balão. Caía com fúria, por ali mesmo onde eu estava, em três minutos se transformava no cisco do chão. Corri, não tinha ninguém, corri, fui até na esquina em frente que virei, o balão vinha cair mesmo na rua, ói lá como ele vem certinho sem moça nas janelas pra me ver, pego o balão. Estou falando em moça porque de certo lá nos fundos de mim, se tivesse a possibilidade de moça na janela, não vê que eu pegava balão! Lá nos fundos de mim, talvez essas noções persistissem mas o fato é que não pensei em moça, pensei em nada, mas pego o balão.

E tanto não pensei em ninguém, que agora vai suceder o espantoso. Não fui eu só que virei esquina. Também na esquina da outra ponta do quarteirão viraram uma molecada duns cinco a seis, já dos maiores, pelos dez, doze anos, com paus nas mãos. Chegamos quase juntos no espaço onde se percebia que o balão

vinha cair. Nos olhamos. Houve um primeiro receio na molecada, e em mim a sombra da infelicidade, ia perder o balão. Quis reagir com a autoridade de gente bem vestido, falei respeitável:

- Deixem que eu pego.

De certo a primeira noção deles foi deixarem, mas eram meia dúzia, com paus nas mãos. Reagiram manso, umas frasinhas resmungadas, depois mais nítidas, e então eram inimigos.

- Já disse que quem pega sou eu!

Eu odiava, me desculpem, mas odiava. Me arreentava brigando com a molecada, se fosse preciso, mas quem pegava o balão havia de ser eu. Minha vontade até ficara muito distraída, queria já brigar, bater, machucar muito, se algum ficasse aleijado, que bom!

- Não atirem pedra! Fiquei desesperado, iam estragar o balão, inventei quase gritando: Sou secreta! Eu levo vocês (me arranjei melhor...) O balão só roçou no fio do telefone, veio, veio direitinho pras minhas mãos apaixonadas, que tremiam lá no alto do ar, feito flor que come mosca. E peguei o balão. Ainda foi um caro custo apagar a mecha, não tinha prática, sempre olhando com rancor de morte pros moleques, ali me odiando. Agora esta em mim de novo, e balão salvo, chegaram em disparada as vergonhas, as censuras e eu passado em que nunca fui moleque, nunca jamais peguei balão. Mas os homens depreciam tanto a humanidade, que trocam qualquer honra dela por dinheiro. Foi o que fiz. Sorri pra molecada, entreguei o balão pra eles, também o que eu ia fazer com um balão!

- Não sou secreta não, tava enganando vocês...Pra que que vocês não vão pra casa dormir, tão tarde!...Olhem...repartam isso entre vocês. Vão tomar um café.”

Aqui o adulto se comporta como criança, arquiteta um plano, disputa e ganha pelo simples prazer de ganhar. Essa narrativa nos reporta ao filme francês, dos anos 40, “Guerra dos Botões” onde as turmas de meninos se organizavam nas disputas de rua copiando o universo e o próprio jargão adulto. Nos remete também ao Walter Benjamin e suas narrativas sobre sua infância por volta de 1900, seus passeios pela mão da mãe com a imaginação a produzir imagens e emoções.

Esse ponto de vista de Mário de Andrade sobre a criança se concretiza nos Parques Infantis, através da valorização da cultura infantil e da proteção dessas crianças pela prática dos exercícios físicos ao ar livre, atenção à saúde e higiene, entre outros.

Radiante com sua nova função e vendo a realização dos antigos projetos junto a possibilidade de viver realmente por uma causa, por uma outra condição social, por uma São Paulo diferente, discursa em janeiro de 1935, na Hora do Brasil, sobre uma nova proposta de cidade, aí incluído os Parques Infantis:

“Disseram-na fria e feia um dia, e SP era feia encafuada nos seus grotões. Mas SP quer-se bonita e higiênica para que o viajante não venha mais encontrar nela apenas sapo, gripe e solidão. Os grotões transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos. Não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social.” (ANDRADE, 1935 apud FARIA, 2002: 118)

Mário de Andrade apesar de toda dedicação, crença e entusiasmo como diretor do Departamento de Cultura sabia que os frutos desse trabalho não seriam imediatos e dependeriam do dinheiro e da burocracia.

Assim como o poeta valorizava a produção e o consumo cultural da população, valorizava também o descanso, o ócio, o lazer, o viver intensamente o que a vida nos oferece, era esse viver que queria proporcionar para os habitantes de São Paulo, fossem crianças, moços, adultos ou velhos e, nos Parques essa hora do descanso era prevista e garantida.

Conseguir verba e apoio político com um discurso a favor do ócio e do prazer desinteressado não é projeto fácil. “Onde já se viu gastar dinheiro do povo para criança brincar...(jornal de oposição que caçoava dos parques infantis)” (apud Faria 2002: 121)

“...se as academias e diferentes escolas nos ensinam a fazer a nossa vida, política, social, cientificamente etc., pode-se dizer que o Departamento de Cultura e Recreação nos ensina a viver. Se as suas possibilidades forem bem desenvolvidas, o homem paulistano, desde a infância à velhice, estará dotado dum guia seguro que lhe fará viver com gosto, e aproveitar mais elevadamente as horas de lazer.” (Mário de Andrade, *Novo e fecundo*, apud Schilling, 1991:177)

Todo idealismo, sonho e fantasia de Mário de Andrade não foram suficientes para assegurar-lhe o posto de diretor do Departamento de Cultura. Seu projeto atingia os interesses daqueles que, com ele, disputavam as verbas públicas para projetos artísticos e culturais distintos. Nos confrontos políticos e ideológicos Mário de Andrade perdeu e foi afastado do cargo em 1938 devido a mudança de governo.

É pelas cartas que Mário de Andrade enviava aos amigos como Paulo Duarte, Cândido Portinari, Sérgio Millet, Maria Aparecida Duarte e Oneyda Alvarenga que percebemos sua tristeza pelo fim do Departamento de Cultura, ou melhor, pelo fim de seus projetos no Departamento. O escritor não pôde colher os frutos das contribuições que deu a São Paulo e a seus moradores, lamenta-se por não ter conseguido inserir o Departamento na vida paulistana e em sua saída, ainda se lastima, com Maria Aparecida Duarte, pela pouca contribuição que podia, naquele momento dar aos Parques.

“(...) Desculpe a microscópica oferta às bibliotecas dos Parques, mas é o que tenho. O resto que eu tenho é um desapoderado entusiasmo pelos Parques e pelas crianças, pelo trabalho da Senhora. Mas isso eu quero levar comigo, porque é das poucas coisas que ainda me prendem a São Paulo. Não é ingratidão minha

por São Paulo, acredite, é apenas, nem sei o que é!...como que vontade de ser criança pra chorar. Como não posso chorar, nem devo, me veio este enorme vazio indiferente.” (Duarte, 1971: 161)

As crianças que faziam e viviam os Parques Infantis eram, de tal forma, consideradas pelo diretor do Departamento de Cultura, que suas vivências nos parques, com danças e canções populares, como o “Bailado da Marujada” que levou-as a dançar no Congresso da Língua Nacional Cantada, em 1937.

Além da preocupação em proporcionar um espaço de produção e reprodução cultural para as crianças, Mário não estava fora de seu tempo e não podia ignorar a exigência de práticas de saúde e higiene nos Parques Infantis, formando a consciência sanitária, a criação de hábitos e atitudes desejáveis para uma vida saudável. A merenda, as consultas médicas e dentárias também eram imprescindíveis no projeto, sendo os educadores sanitários, os médicos e dentistas profissionais também pertencentes ao quadro de funcionários dos parques.

O higienismo era parte importante do projeto de modernização conservadora integrado pela maioria dos intelectuais brasileiros aí incluídos Mário de Andrade e seu grupo.

Rocha (2003) define os profissionais técnicos como observadores atentos do cotidiano, responsáveis por elaborar problemas, produzir representações sobre a cidade e seus habitantes e com base nas informações coletadas formular propostas de intervenção que orientariam as ações das autoridades municipais, além de legitimar formas de intervenção. O que não diferencia muito da função das educadoras sanitárias nos Parques Infantis conforme o documento “Organização de um parque infantil” (sem data):

“Compete a educadora sanitária zelar pela saúde das crianças, investigar as condições higiênicas no meio social de que provêm, tomarem as medidas que forem aconselhadas pelo médico e ainda concorrer para a formação da consciência sanitária das crianças inculcando-lhes hábitos sadio.

A organização da alimentação suplementar para as crianças desnutridas será também função da educadora sanitária.

O dentista zelará pela higiene da boca das crianças, restaurando e aconselhando as medidas que achar necessária para esse fim.”

Apesar da cidade de São Paulo no início do século XX ter tido um grande crescimento demográfico o que a transformou, ainda nesse período, na maior cidade do país e, que tal crescimento tenha se dado pelo interesse da cidade se consolidar como centro político, financeiro e industrial; transformando-a em Eldorado Brasileiro; não houve uma organização para acolher os milhares de migrantes.

“Cortiços, casebres, estalagens, cômodos e locais improvisados comporão a paisagem dos bairros populares, que vão crescendo nos arredores da *civilizada cidade* de São Paulo, desafiando as autoridades municipais, à medida que, por suas condições sanitárias, se constituíam em *gravíssima ameaça para as vizinhanças*.” (ROCHA, 2003:30)

Nessas precárias moradias com umidade, pouca iluminação e miséria estariam, tanto para os especialistas como para os moradores as causas das epidemias enfrentadas na cidade desde o século XIX. A luta por melhores condições de moradia tornou-se luta da classe operária, habitante desses lugares.

Além de serem vistos como local de proliferação de doenças, esses bairros eram apontados como locais onde estavam reunidos todos os vícios e todos os crimes, sendo seus moradores doentes tanto física quanto moralmente.

Diante disto, podemos entender que o higienismo seria também uma forma de silenciar a cultura trazida por esses operários. Para uma “limpeza” moral eficaz pensou-se na reeducação das crianças, pois através delas as famílias seriam atingidas com mais facilidade.

Os estudos de Heloisa Rocha associam a reforma da escola primária paulista dos anos 1920 à política higienista como se pode ver no trecho abaixo:

“Eliminar as atitudes viciosas e inculcar hábitos salutaros, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil*, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. Eis as tarefas de que se deveria incumbir a escola primária, no bojo da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista na década de 20. Concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas disciplinares, a escola seria chamada a oferecer a sua poderosa colaboração para o sucesso da ampla *reforma de costumes* visada pelos *homens de ciência*.” (ROCHA, 2003:179)

Assim não é de se estranhar que se encontrem essas práticas presentes, embora atenuadas, na criação dos Parques Infantis em 1935, visto que, por exemplo, a escolha dos locais para a construção dos estabelecimentos eram pelos bairros operários. Sua proposta era ser complementar à escola regular, além disso, em seu plano educacional estava a pretensão de oferecer uma educação que pudesse atingir também os pais e familiares.

Pasolini por sua vez, ao observar a vida de migrantes rurais para o espaço urbano na Itália, também lamenta a extinção de um tipo de cultura solidária e a construção de um estilo de vida já degradado.



“As famílias são convidadas e participam, não só da alegria das crianças, como dos utilísimos ensinamentos que recebem” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)

Em alguns documentos encontramos fortes indícios dessa higienização física e moral como ilustra a revista “Parques e Recantos Infantis de São Paulo – 1949:



“Se a luz solar escasseia em nossa Capital, não se prejudica com isso a saúde de nossos parqueanos que recebem, periodicamente, séries de banhos de luz ultra-violeta emanada de originais “chuveiros”, próprios para aplicações rápidas em centros coletivos.” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)

Equipamentos como este mostram a força do projeto modernizador implantado em São Paulo, já então conhecido como a locomotiva que puxa o trem chamado Brasil.



“Escovação de dentes após a merenda.

“Dentes cuidados, dentes poupados”, é lema que as crianças conhecem e respeitam.” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)

A associação entre educação e saúde é evidente nos anos 1930 uma vez que o próprio Ministério da Educação é criado para abrigar ao mesmo tempo e no mesmo lugar a saúde e a educação.



“Após os exercícios físicos, o banho de chuveiro traz sensação de bem estar e alegria.” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)



“Os trabalhos de horticultura formam hábitos de vida ao ar livre e desenvolvem a consciência alimentar, auxiliando o combate a um dos principais erros da alimentação do brasileiro: consumo baixo de legumes e verduras.” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)



“O jogo motor organizado corresponde a todas as exigências da higiene.” (foto e comentário tirados da revista Parques e Recantos Infantis - 1949)

Esse é um dos possíveis Mários, que agora já me dei o direito de tratá-lo intimamente, e que busquei apresentar a você, leitor. O Mário “trezentos”, criança, comprometido e atento para a especificidade da infância no seu total sentido, nas suas mais diferentes linguagens, na sua maior realização e frustração: o Departamento de Cultura . Um Mário que de poeta passou a funcionário público ou funcionário do público, da cultura da criança. Um Mário da educação, do ócio, da história e do prazer. Um Mário que só a sua poesia tem licença para expressar:

EU SOU TREZENTOS

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cincoenta,
As sensações renascem de si mesmas sem repouso,
Ôh espelhos,oh! Pirineus! ôh! caiçaras!
Se um deus morrer, irei no Piauí buscar outro!

Abraço no meu leito as melhores palavras,
E os suspiros que dou são violinos alheios;
Eu piso a terra como quem descobre a furto
Nas esquinas, nos táxis, nas camarinhas seus próprios beijos!

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cincoenta,
Mas um dia afinal eu toparei comigo...
Tenhamos paciência, andorinhas curtas,
Só o esquecimento é que condena,
E então minha alma servirá de abrigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi árduo, passando por inusitados lugares, guardiões da memória, como bibliotecas, o Arquivo Municipal de Campinas, o Centro de Memória da Unicamp, os arquivos dos jornais “Diário do Povo” e “Correio Popular”, o sofá da casa do Dr. Plínio do Amaral Filho, o “quartinho de bagunça” da Escola Municipal de Educação Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”, o Museu da Cidade, a sede do Rotary Club de Campinas, os sebos da cidade onde encontrei as cartas publicadas de Mário de Andrade. Percurso de suor, lágrimas muitas vezes, pó, ratos, traças e a sensação de missão cumprida e objetivo alcançado a cada nova informação. Com uma sensação mista de saciedade e de vontade de saber mais, algumas das hipóteses iniciais foram descartadas pelo caminho, outras se confirmaram e outras ainda se converteram em dúvidas e demandam novas pesquisas.

Num primeiro momento acreditei que o Projeto dos Parque Infantis poderia ter vindo de São Paulo como pagamento de dívidas, como foi o caso da ampliação da rede de água e esgoto da cidade no final da década de 30. Dívidas essas que foram contraídas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o prefeito Orosimbo Maia enviou recursos públicos municipais para financiar o movimento contra Getúlio Vargas (SANTOS, 2002); hipótese descartada por não encontrarmos qualquer indício que a sustentasse, na documentação estudada.

Outra hipótese que propus no início da pesquisa é aquela que coloca as duas unidades do Parque Infantil como parte de um projeto experimental, um espaço destinado aos recém formados, das Escolas Normais da cidade, para seus estágios e pesquisas pedagógicas. Essa hipótese também foi negada, mesmo se tendo em conta que a instituição funcionou por muito tempo como um espaço de coleta de dados de saúde, higiene e puericultura com os quais se orientariam as ações políticas da cidade, neste campo.

Nossos estudos sobre a criação e implantação do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”, na Campinas dos anos 1930/1940 com suas pretensões e seu “status” de cidade desenvolvida, de pólo industrial e comercial, nos levaram a perceber que a proposta do Parque Infantil fazia parte de um projeto de modernização e construção de equipamentos sociais na cidade que entra na fase de industrialização, além de compreender que tanto os parques de Campinas quanto os de São Paulo se constituíam partes de um mesmo projeto, saído do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, com orientações assinadas por Maria Aparecida Duarte, colaboradora de Mário de Andrade, e sua substituta após seu afastamento do Departamento de Cultura.

Conhecer um pouco dos escritos das cinco autoras referência em Educação Infantil hoje, no Brasil, permitiu, entender aspectos das estratégias operadas nessa área privilegiada do conhecimento que é nutrida pelos saberes elaborados nas mais distintas áreas, e que por vezes opera através de disputas e alianças. Permitiu ainda identificar interesses políticos e sociais que a permeiam, mostrando assim que não há patronos estabelecidos na Educação Infantil, já que os saberes da área estão sendo construídos nestas alianças e disputas.

Durante a pesquisa ainda algumas brechas foram abertas a novas perguntas, como por exemplo: qual a relação entre o Parque “Celisa Cardoso do Amaral” e o “Asilo de Órfãs”, já que ambos possuíam um caráter filantrópico. De início podemos indicar como ponto de semelhança o fato de que as obras são do mesmo grupo de senhoras da elite campineira voltadas à benemerência, preocupado com a assistência e o cuidado de crianças desprovidas dos bens necessários para uma crescimento saudável.

O que os diferencia e os aproxima é que as duas propostas mostram a permeabilidade entre os poderes públicos e as organizações da elite local. Enquanto o Parque Infantil, “aparentemente”, não possuía nenhuma ligação com entidade privada, era uma instituição pública, oficial, as pessoas nele envolvidas diretamente, como a patronesse, por exemplo, pertenciam à “Sociedade de Senhoras de Rotarianos” de Campinas, com ligações na imprensa e na alta sociedade campineira através do Rotary Club. O asilo era, como mostrou em sua tese, Ana Maria Negrão, uma obra que envolvia os médicos filhos da elite local e os quadros da igreja católica, fortemente ligados à mesma elite, liderados por D. Nery e dispunha de financiamento público.

Outro aspecto a destacar e que encontra poucas referências nos estudos do tema, é que a proposta dos Parques não é somente marcada pelo pensamento higienista da época, como também faz parte das estratégias de construção da idéia de nação e adota, em certa medida a difusão de um pensamento patriótico, como bem testemunha a carta de A. Boaventura da Silva, inspetor regional do Departamento de Educação Física do Estado, de 25 de abril de 1939, ao Prefeito de Campinas. Assinalava o missivista que “Todas as atividades desses parques devem desenvolver-se dentro de um espírito nacional, não só por meio de jogos e danças regionais como também pela exaltação do sentimento pátrio, pela consciência nítida de uma unidade nacional”.

Dentre as perguntas que afloraram da pesquisa, uma não pode deixar de ser lembrada, embora não tenha sido possível seguir-lhe as pistas. Trata-se do lugar e da importância da rede de relações envolvendo os poderes públicos e a grande imprensa tanto em São Paulo quanto em Campinas para a difusão dos projetos de educação, além dos reais interesses em jogo na instalação e expansão dos Parques.. Em São Paulo, o Departamento de Cultura esteve diretamente ligado ao jornal “O Estado de São Paulo”, que em 1926 já patrocinava projetos ligados à educação, como é o caso da investigação sobre a instrução pública, coordenada por Fernando de Azevedo e, o que é mais celebrado, o projeto da Universidade de São Paulo. Já em Campinas, os Parques Infantis têm o apoio do jornal Diário do Povo de propriedade de Antonio Franco Cardoso, pai de Celisa Cardoso.

Cabe lembrar que, em 1933, “O Estado de São Paulo” apoiava uma chapa única para a Assembléia Nacional Constituinte que firmou acordo com o governo de Getúlio Vargas para a preservação de seus principais interesses, entre eles a nomeação de Armando de Sales Oliveira como interventor do Estado de São Paulo, unindo alguns dos antigos integrantes do Partido Democrático, além de ser o porta-voz na divulgação dos feitos do Prefeito Fábio Prado.

Não podemos desconsiderar que em tempos de nomeações, Fábio Prado foi o representante da alta sociedade paulistana, empresário, sobrinho de ex-prefeito, casado com filha de industrial. Assim, o entrelaçamento da alta sociedade com a imprensa e a política através de projetos sociais e filantrópicos é um fato constatado não só em Campinas e, que precisaria ser estudado mais detalhadamente.

O olhar detido sobre Mário de Andrade e seu pensamento sobre a cultura e a infância revelou o profundo respeito do poeta pelas mais diferentes culturas e a sua busca

pela expressão do que ele chamava de brasilidade no vocabulário, nas canções, nas brincadeiras, na arte. Esse respeito apaixonado até mesmo pelo ócio, que devia ser garantido, seduziu e encantou alguns dos pesquisadores ligados ao tema da infância, resultando em um certo apagamento dos traços higienistas e patrióticos no projeto e mesmo de suas origens mais profundas, citadas apenas por Moysés Kuhlmann Junior que faz uma rápida menção à Cruzada Pró-Infância como a fundadora dos Parques de São Paulo. Os demais são unânimes em atribuir a Mário de Andrade a idéia dos Parques.



Um olhar ingênuo de professora de jardim de infância e a fantasia de pesquisadora iniciante me impediram, nestes três últimos anos, de enxergar logo aos primeiros indícios - como o da foto acima, pertencente ao acervo da escola, de uma primeira comunhão realizada em suas dependências - que os Parques Infantis, embora, patrocinados pela sensibilidade e afeto de Mário de Andrade não poderiam manter-se blindados às idéias de seu tempo. O Parque Celisa Cardoso do Amaral, como os parques de São Paulo estiveram marcados por estritas regras de higiene, bons costumes, religiosidade e moralidade.

BIBLIOGRAFIA

- . ABDANUR, Elizabeth França. **“Os ilustrados e a política cultural em São Paulo: o departamento de cultura na gestão Mário de Andrade (1935- 1938)”**. Dissertação de mestrado – IFCH, 1992. Campinas. 165p.
- . ANDRADE, Mário de. **Portinari: amico mio: cartas de Mário de Andrade a Portinari**. Campinas: Mercado de Letras – Autores Associados/ Projeto Portinari, 1995. 160p.
- . _____ . Oração de Paraninfo. **Pró-Posições** v16, n.1, jan/abr 2005. p. 261-270.
- . _____ . **Táxi e crônicas no Diário Nacional**. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Ciência, Cultura e Tecnologia. 1976. 603p.
- . ARENDT, Hannah. A crise na educação IN **“Entre o passado e o futuro”**. São Paulo: Perspectiva, 1997. 348p. 221-247p.
- . ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro:Guanabara, 1981.

- . COELHO, Alcidea Costa. Educação patrimonial como instrumento de preservação.
www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf (última visualização em 03/12/2007)
- . DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 209p.
- . DUARTE, Paulo. **Mario de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Edart, 1971. 361p.
- . EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral: Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000. 93p.
- . FABRIS, Annateresa (org). **Modernidade e modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de letras, 1994. 157p.
- . FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil**. Campinas:Unicamp / São Paulo: Cortez, 2002. 2ªedição. 239p.
- . FERREIRA, Anna Angélica R. **Um breve histórico das escolas municipais de educação infantil do município de Campinas: 1940 – 1990**. Trabalho de conclusão de curso. Campinas : Unicamp – Faculdade de Educação, 1996. 137p.
- . FONSECA, Mônica Eustáquio. Os loucos anos 20 – o primitivismo ou a inscrição da “terra brasilis” no concerto internacional. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. Belo Horizonte: Pucminas, v.11, n.12, 2004. p. 99-116.

- . KISHIMOTO, Tizuko M. **A pré-escola na república. Pró-posições** N.3 – dez 1990 – Campinas , p.55-66.
- _____ . **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação.**
Petrópolis: Vozes, 1993. 127p.
- . KHULMAN, J. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: ANPED, n.14, 2000, p.5-18.
- . KHULMAN, J. M. e SILVESTRE, Maria Martha. **Políticas e organização do Parque Infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950.**
www.ced.ufsc.br/~nee0a6/tkulmaria.pdf
- . KRAMER, Sonia (org). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil.** São Paulo: Ática, 1989. 110p.
- . LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 252p.
- . MENDES, José de Castro. **História de Campinas.** Campinas : Correio Popular, 1970.
- . MONTAIGNE, Michel de. **A educação das crianças.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
121p.

- . NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos”**.
Campinas : Unicamp, 2002, 333p.
- . PAULA, Roberta Cristina de. **A linguagem corporal das crianças pequenas de um
parque infantil de Campinas (1942- 1952)**. Trabalho de conclusão de curso.
Faculdade de Educação da Unicamp : Campinas, 2003. 281p.
- . PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato
pedagógico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal
Fluminense / EDUFF/PROED, 1986. 134p.
- . REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO. **Campinas, século XX – 100 anos de
história**. Campinas : Rede Anhanguera de Comunicação, 2000. 201p.
- .ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e
saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas:
Mercado das letras, 2003.272p.
- . RUSSEF, Ivan. A inteligência brasileira na virada de 1920/ 30: encontros e desencontros
entre artistas e educadores. In Educar em **Revista**. Curitiba: Ed. UFPR, n.26, 2005.
p. 251-267.

. _____ . Anísio Teixeira e Mário de Andrade: dois grandes empreendedores da educação. In ALMEIDA, Jane Soares de. et alli (org). **Educação e prática docente: as interfaces do saber**. Franca, SP: Unifran, 2005. p.15-27.

. _____ . **A inteligência brasileira na virada de 1920/ 1930: encontros e desencontros entre artistas e educadores.**

www.anped.org.br/reunioes/27/GT02/t022.pdf (última visualização em 03/12/2007)

. SANTOS, Antonio da Costa. **“Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732- 1992).** Campinas: Editora da Unicamp, 2002. 400p.

. SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984. 388p.

. TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

. VELASCO, Larissa Augusto. **Além do túnel, uma vila**. Campinas: Puc- Campinas, 2005. 116p.

. WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 2005. 119p.

www.anped.org.br

ANEXO

Fontes:

- Livro Ponto dos anos de 1951, 1955, 1963, 1968.
- Livro de matrícula dos anos de 1959 e 1976.
- Estatuto da Associação de Pais e Mestres do ano 1976.
- Ata de Reunião da Associação de Pais e Mestres dos anos de 1978, 1979, 1981.
- Ofícios de pedido de colaboração para festa junina do ano 1976.
- Regimento Escolar de 1977.
- Texto para circulação interna “Comunicação entre pais e mestres” do ano 1975.
- Portaria – Normas para organização e funcionamento dos caixas escolares.
- Modelo de estatuto para grêmio estudantil.
- Procedimentos indispensáveis às senhoras professoras na condução dos jogos do ano 1949.
- Divulgação do serviço de Parques Infantis do ano 1949.
- Normas para a organização de um Parque Infantil.
- Regulamento do Parque Infantil.
- Cardápio do Parque Infantil.

- Plano de aula de ginástica feminina.
- Normas regimentais do Parque Infantil.
- Instruções para a Educação Física nos Parques Infantis.
- Ata de Reunião Pedagógica do ano 1957.
- Planta baixa.
- Artigos de jornal.
- Relatórios
- Plano Municipal de Ensino, Recreação e Cultura
- Revistas
- Processo de Criação do Serviço de Parques Infantis
- Requerimentos
- Processo de concorrência administrativa para construção de pavilhão no Parque Infantil da Vila Industrial.
- Lista de materiais esportivos a serem comprados
- Orçamentos